Revista Aeronáutica

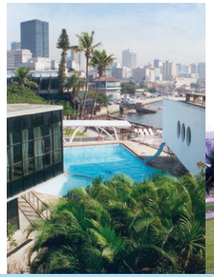
ISSN 0486-6274

Número 298
2017

PRESIDENTE
Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa

1º Vice-Presidente
Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

2º Vice-Presidente
Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira



Expediente

Set. a Dez. 2017

www.caer.org.br
revista@caer.org.br

ISSN 0486-6274

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Central
Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Barra
Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Sede Lacustre
Assessor esp. Cap Esp Met José Renato do Nascimento

CONSELHO DELIBERATIVO
Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL
Presidente - Brig Int João Carlos Fernandes Cardoso

DEPARTAMENTOS

SEDE CENTRAL

Cultural
Cel Av Araken Hipolito da Costa

Assessor Especial dos Departamentos Social e Hotel
Cel Av Ajauri Barros de Melo

Diretor dos Dep. Administrativo, Financeiro e Patrimonial
Ten Cel Int Francisco Barbosa Cordeiro Neto

Secretaria Geral e Beneficente
Cap Adm Ivan Alves Moreira

Jurídico
Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

SEDE BARRA

Desportivo
Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Aerodesportivo
Cel Av Romeu Camargo Brasileiro

Operações e Coordenador Técnico
Ten Cel Av José Carlos da Conceição

Assessores
Social - Cel Av Verner Menna Barreto Stock
Administrativo e de Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues
Infraestrutura - Ten Cel Av Alfredo José Crivelli Neto

Sede Central
Praça Marechal Âncora, 15
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200
• Tel.: (21) 2210-3212
3ª a 6ª feira de 9h às 12h e 13h às 17h

Sede Barra
Rua Raquel de Queiroz, s/nº
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-710
• Tel.: (21) 3325-2681

Sede Lacustre
Estrada da Figueira, nº 1
Arraial do Cabo - RJ - CEP 28930-000
• Tel.: (22) 2662-1510

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA
Tel.: (21) 2220-3691

Diretor e Editor
Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial
Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa
Cel Av Manuel Cambeses Júnior
Jornalista João Victorino
Cel Av Araken Hipolito da Costa

Jornalista Responsável
João Victorino Ferreira

Produção Editorial e Design Gráfico
Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica
Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão
Ten Cel QFO Dirce Silva Brízida

Administrativo
Gabriela da Hora Rangel
Ricardo Luiz Georgiadis Germano

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.

Capacete de voo dos pilotos do 1º GAC na Segunda Guerra Mundial

Índice

4 NOTÍCIAS DO CAER
Redação

8 SEMINÁRIO
76 ANOS DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
PRIMÓRDIOS DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
Brig Ar Athayde Boher

16 DIPLOMAÇÃO DO CURSO DO PENSAMENTO BRASILEIRO VIII
Redação

18 O BRASIL E A CRISE NORTE-COREANA
Reis Friede
Desembargador Federal

22 ORIENTE MÉDIO UM PREOCUPANTE IMBRÓGLIO GEOPLÍTICO
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av

24 A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO
Ricardo Vélez Rodríguez
Filósofo

32 BRUXAS DA NOITE A INCRÍVEL HISTÓRIA DAS PILOTOS SOVIÉTICAS QUE AJUDARAM A DERROTAR OS NAZISTAS
Leonardo Contesini

34 HEREGES
C. K. Chesterton
Escritor e ensaísta

39 FUNDAMENTOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO
Angela Vidal Gandra Martins
Doutora em Filosofia do Direito

40 CONHECENDO A NAÇÃO XAVANTE
Maj Brig Ar Luiz Fernando Barbedo

44 ANA TERRA
Maria Therezinha de Albuquerque
Professora

47 O MÉDICO CORDIAL
Luciano Carvalho
Médico

48 O MISTÉRIO DO NATAL
Bento XVI
Joseph Ratzinger

NOTÍCIAS do CAER

BAILE DO AVIADOR 2017

Presidente do Clube de Aeronáutica, Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa, e esposa, dona Regina

No dia 27 de outubro, o Clube de Aeronáutica teve a honra de sediar o famoso Baile do Aviador em sua Sede Central, no Salão Marechal do Ar Ivo Borges. Havia aproximadamente 750 convidados distribuídos em dois ambientes distintos, para o deleite das comemorações.

Apresentaram-se a Banda *Radiohits* e o *Projeto Divas Live*. Os shows foram incríveis, com violinos e cantores, que fizeram os convidados vibrar. A pista de dança *bombou*. Outro ponto a destacar foram os lindos efeitos de luz pelo palco.

Nos jardins, a vibração não foi diferente, embora os mais jovens fossem a maioria. No deque, com a vista esplendorosa da Baía de Guanabara, quem liderou o ritmo foi o DJ Henrique, já conhecido da casa e sempre muito animado.

Com a Força Aérea inteira passando por uma reformulação, tanto de Unidades quanto de nomes e funções, a festa teve como tema: *Terceiro COMAR, Apoio e Tradição - A História do início ao fim*.

Não faltaram presenças ilustres, como os presidentes do Clube Militar, Gen Div Gilberto Rodrigues Pimentel e do Clube Naval, V Alte Rui da Fonseca Elia, além de oficiais e autoridades.

O Clube, lotado, *pegou fogo*. Tradicional no Baile do Aviador, estavam presentes os cadetes da AFA e da AMAN, juntamente com os aspirantes da Escola Naval. Os convidados conversavam, riam e trocavam suas histórias, como se a confraternização não tivesse hora para acabar.

Aproximadamente à meia noite foi cantado o Hino do Aviador, levando todos ao delírio. Logo em seguida o Presidente do Clube de Aeronáutica, Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa, e o Comandante do Terceiro COMAR, Brig Ar Saulo Valadares do Amaral proferiram algumas palavras agradecendo a presença de todos e saudando os aviadores presentes.

Em princípio o tradicional Baile do Aviador estava marcado para 22 horas e seu final às 3 horas, no entanto, o sol já começava a raiar quando o Baile foi de fato finalizado. Foi um evento que ficará marcado na história do Clube, por todas as alegrias que a noite proporcionou.

Fotos: Sgtº Rodrigo da Rocha Rodrigues

Comandante do Terceiro COMAR, Brig Ar Saulo Valadares do Amaral, discursando aos presentes

SEMINÁRIO

76 ANOS DO MINISTÉRIO DE AERONÁUTICA E SUA INFLUÊNCIA NO CONTEXTO NACIONAL

O Clube de Aeronáutica realizou no dia 14/9/17 o Seminário **76 anos do Ministério de Aeronáutica e sua influência no contexto nacional**, coordenado pelo Departamento Cultural.

O Presidente do Clube de Aeronáutica, Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa, abriu o evento saudando os presentes e elogiando os palestrantes: Cel Av Araken (Diretor do Departamento Cultural do CAER), Brig Ar Athayde Bohrer (Conselheiro do INCAER), Brig Ar Quírico (Presidente da ABRA-PC), Ten Brig Ar Rosa Filho (ex-Ministro do STM), Ten Brig Ar Rossato (Comandante da Aeronáutica), Ten Brig Ar Baptista (ex-Comandante da Aeronáutica) e o Ministro da Defesa Raul Jungmann.

O Cel Av Araken, idealizador do Seminário, esclareceu o que era o Pensamento Brasileiro e a importância da Cultura Aeronáutica na integração e identidade nacional, e destacou que a grande questão do PENSAMENTO BRASILEIRO é saber quem é o SER NACIONAL e que NAÇÃO é esta.

O Brig Ar Bohrer, com 93 anos de idade, discursou sobre os Primórdios da Força Aérea, como nasceu, quais eram seus ideais e as mudanças durante seus anos de FAB. Sua exposição mostrou que é uma história viva e emocionante a da Força Aérea Brasileira.

O Brig Ar Quírico abordou *Os Caminhos da Operacionalidade*. Ele explicou tudo sobre os instrumentos de voo dos mais variados aviões de caça. Mostrou com fotos o interior de alguns dos caças mais utilizados na FAB, destacando as mudanças no decorrer dos anos. Chamou a atenção para o Transporte Aéreo, Reconhecimento, Patrulha e Asa Rotativa, ressaltando o KC-390, que se constitui em um dos orgulhos da EMBRAER.

O Ten Brig Ar Rosa Filho palestrou sobre a *Trajetória da Política Aeronáutica*. Explanou meticulosamente como funciona a Política Aeronáutica, fazendo referência ao Decreto de criação do Ministério da Aeronáutica, que continha 29 artigos e que definiu a Política da Aeronáutica praticada até aos dias de hoje. Exaltou a criação do ITA, em 1950, do CTA, e, finalmente, a EMBRAER, como ponto alto das realizações da Aeronáutica em 1969.

O Ten Brig Ar Baptista discorreu sobre a *Influência na Política Nacional*. O palestrante ressaltou a vontade política do ex-Presidente Getúlio Vargas na criação do Ministério da Aeronáutica (queria colocar uma cunha entre o Exército e a Marinha). Chamou a atenção para fatos durante sua gestão como Comandante da Aeronáutica: a atuação do Ministério da Defesa, a criação do CINDACTA IV que completou o controle do espaço aéreo (resultado da política SIPAM-SIVAM) e as saídas do DAC e da INFRAERO do Comando da Aeronáutica.

O Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Rossato, parabenizou os palestrantes, abordando um pouco dos projetos da FAB e o que ainda pode ser melhorado. Enfatizou o alto grau de estudo e pesquisa que a Aeronáutica vem promovendo, e deixou claro que as recentes aquisições de aeronaves foram um passo fundamental para a Força Aérea.

Para encerrar o evento, foi a vez do Ministro da Defesa Raul Jungmann. *Em primeiro lugar, relaciono a FAB a uma grande capacidade de inovar. Em segundo, aos compromissos que são assumidos em relação ao destino do Brasil. E em terceiro, às características dos seus recursos humanos. As nossas Forças hoje são motivo de muito orgulho para todos nós brasileiros*, concluiu o Ministro, que se mostrou conhecedor dos assuntos da Aeronáutica, destacando a COMARA (Comissão de Aeroportos da Região Amazônica) e o Centro de Lançamento de Alcântara.

Ministro da Defesa, Raul Jungmann

Da esq. para a dir., Maj Brig Ar Vinicius, Ministro Raul Jungmann e Ten Brig Ar Rossato

NOTÍCIAS do CAER

Participantes do seminário, da esq. para a dir., Brig Ar Quírico, Maj Brig Ar Vinicius, Cel Av Araken, Brig Ar Boher, Ten Brig Ar Rosa Filho, Ten Brig Ar Baptista e Ten Brig Ar Rossato

Auditório do INCAER

Almoço festivo

SEMINÁRIO

76 anos do Ministério da Aeronáutica

Brig Ar Athayde Bohrer
cabohrer12@uol.com.br

PRIMÓRDIOS DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

ANTECEDENTES

Os 76 anos do Ministério da Aeronáutica, hoje Comando da Aeronáutica, correspondem ao meu tempo de serviço militar, pois meu ingresso na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Porto Alegre, ocorreu em 1941.

De FAB tenho 74 anos, pois ingressei na Escola de Aeronáutica dos Afonsos, em 1943.

Assim, seus dois primeiros anos eu conheço por ouvir dizer ou por registros existentes, a respeito. Os outros 74, eu tive o privilégio de viver, de participar da vida da nossa Corporação ou de acompanhar de perto seu desenvolvimento.

Por isto, é com imensa satisfação, pois RECORDAR É VIVER, que procurarei transmitir um pouco do que vivi ou acompanhei, pinçando os pontos, no meu entender, mais significativos no período em que ela ainda estava em Organização: as décadas de 40 e 50.

Para melhor compreensão, pretendo apresentar alguns acontecimentos que os precederam e que concorreram, de forma expressiva, para a criação do Ministério da Aeronáutica.

A unificação, em nosso país, das atividades e assuntos ligados à Aviação, com a criação do Ministério da Aeronáutica, teve dois tipos de influência. Uma Teórica, que pode ser considerada como indireta, e representada pelas ideias de Giuglio Douet, Billy Mitchell, Trenchard e Seversky, particularmente. Foi indireta porque os argumentos dos que propugnavam por um órgão independente para os assuntos de Aviação baseavam-se, menos nas ideias daqueles precursores e mais nos efeitos que elas tiveram na criação das Forças Aéreas da Inglaterra, em 1918; da Itália, em 1923; e da França, em 1928. Foi, aliás, nesta última, que o Capitão Lysias Rodrigues, primeiro brasileiro a se manifestar publicamente sobre o assunto, buscou apoio, em 1928, quando publicou um artigo no Suplemento dominical do *O Jornal* defendendo a ideia da criação do Ministério do Ar.

O artigo não chegou a empolgar os integrantes das Aviações do Exército e da Marinha que, na ocasião, estavam por demais ocupados e preocupados com o desenvolvimento da Aviação em suas respectivas Forças, que terminada a Primeira Guerra Mundial, começavam a se desenvolver.

Mas a ideia ficou. Na prática ocorreram, naquela época, três fatos que concorreram de forma significativa para o seu desenvolvimento. Em 1927, no Exército, a criação da Arma de Aviação, que foi colocada no mesmo nível da Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia, ocasião em que ocorreu, também, a criação do respectivo Quadro de Pessoal e a expedição de Normas específicas. Na Marinha, a criação, em 1931, do Corpo de Aviação da Marinha, que veio igualmente acompanhada da criação do respectivo Quadro de Pessoal. No mesmo ano, no Ministério de Viação e Obras Públicas, ao qual estavam afetos todos os assuntos referentes à Aviação Civil, a expedição de um Ato estabelecendo um prazo de dois anos para que as Empresas de Aviação do país procedessem à nacionalização das suas tripulações. Na época, elas possuíam, em seu Quadro de Tripulantes, um considerável número de estrangeiros e poucos brasileiros.

Após as manifestações do Capitão Lysias Rodrigues, inúmeras outras ocorreram. Mencionarei as principais. Em 1930 a Missão Militar Francesa que assessorava o Ministério da Guerra, apresentou um estudo contendo quatro anteprojetos que versavam sobre a reunião, em um só Órgão, de todas as atividades e assuntos ligados à Aviação. O estudo, apesar de longo e minucioso, pouco mudava a situação existente. Na prática, ele transferia a Aviação da Marinha e o Departamento de Aviação Civil do Ministério da Viação e Obras Públicas para o Exército, onde integrariam um Órgão que seria criado na respectiva estrutura, o qual reuniria todas as atividades e assuntos ligados à Aviação Militar e Civil.

A mudança significativa que haveria seria a subordinação, a um Comando único, de todos os assuntos relativos à Aviação que, no entanto, não seria independente e sim subordinado ao Exército. Essa mudança, então, enfraqueceria a Marinha e fortaleceria o Exército. O estudo, assim, não agradou nem aos Aviadores Navais, que veriam a Aviação de sua Força subordinada ao Exército, nem aos integrantes da Aviação Militar, que lutavam por um Órgão independente.

O assunto, assim, não prosperou, mas, em 1934, quatro anos depois, portanto, o Governo resolveu enviar à Itália um grupo de aviadores militares com a missão de visitar o respectivo Ministério do Ar e as Unidades da Força Aérea Italiana. Essa Força, na época, era citada como exemplo de uma modificação organizacional e de Doutrina que dera certo.

Os integrantes da Missão regressaram três meses depois. Empolgados com o que observaram, logo promoveram debates sobre o assunto, o que provocou o surgimento de novos pronunciamentos a favor da ideia. O primeiro foi do Capitão Lyra Tavares, em 17 de fevereiro de 1935, que, sob o pseudônimo de *Observador Militar*, vinha, há dois anos, publicando, em *O Jornal*, artigos sobre Assuntos Militares. No artigo, citando a opinião dos integrantes da Missão que foi à Itália e outras que vinham surgindo, mostrou-se favorável à ideia de criação de um Ministério do Ar, a qual passou a defender. Por coincidência ou não, três dias após, em 20 de fevereiro, o Capitão Antônio Alves Cabral proferiu uma palestra, no Clube Militar para a qual haviam sido convidadas – e compareceram – altas autoridades militares, como o General Pessoa, Chefe da Casa Militar da Presidência da República; o General Góis Monteiro, Ministro da Guerra; o General Eurico Gaspar Dutra, Diretor de Aviação Militar; e o General Leitão, Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Campo dos Afonsos

A palestra teve enorme repercussão, a ponto de o Ministro da Guerra ter determinado sua impressão e distribuição no âmbito do Exército. O documento foi por ele prefaciado com a recomendação, aos seus subordinados, da leitura e da *meditação sobre o conteúdo que considerava da maior relevância*.

Outras manifestações em favor da criação do Ministério do Ar seguiram-se a essa palestra:

Novos artigos do Tenente Coronel Lysias, em *O Jornal*;

Artigo do Capitão de Corveta Netto dos Reis, no Boletim do Clube Naval, que teve réplica do Capitão de Corveta Dias Neto e tréplica do Capitão de Corveta Netto dos Reis;

Duas palestras na Academia Brasileira de Letras, do Contra Almirante Dellamare, patrocinadas pelo Aero Clube do Brasil e pela *Revista Asas* e publicadas no *Correio da Manhã*, que teve a respectiva edição esgotada; e

No mesmo mês, um manifesto que teve enorme repercussão, assinado por um grupo de oficiais, dentre os quais os tenentes coronéis Ararigboia e Ivo Borges, o Capitão de Corveta Netto dos Reis e o Capitão Cabral, lançando a *Campanha pela Criação do Ministério da Aeronáutica*, que

foi distribuído a todos os aviadores civis e militares.

Assim, o movimento em prol da criação do novo Ministério, que teve, ainda, a adesão da Aviação Comercial, da Aviação Esportiva – aeroclubes – e da Indústria Aeronáutica – que estava tentando se estabelecer – avolumava-se cada vez mais.

As manifestações tinham o efeito de um rastilho de pólvora em direção a um objetivo que era a criação do Ministério da Aeronáutica. Houve, na prática, entretanto, um fator que foi da maior relevância para que a referida campanha se tornasse ainda mais intensa: os voos do Correio Aéreo Nacional (CAN), que haviam sido iniciados em 1931. Mesmo tendo sido expedidas algumas Normas, específicas para a Aviação, após a criação da respectiva Arma, várias das que regulavam as ações dos militares do Exército ainda permaneciam em vigor. Os tripulantes do CAN, por exemplo, tinham que voar com os mesmos uniformes dos integrantes de outras Armas – talabarte, botas de couro etc., que, nos voos mais longos, tornava-se extremamente desconfortável, às vezes, penoso, para eles.

As apresentações às autoridades do Exército, nas diversas escalas no interior do país, eram obrigatórias e tinham de ser feitas com o uniforme completo. Tudo ficava mais difícil para os tripulantes à medida que aumentava a duração dos voos. Este fato os levava a burlar os regulamentos, levando em suas viagens apenas as vestimentas indispensáveis ao voo – calça, camisa, capacete e óculos. Além disto,

muitas vezes, nos pernoites, as tripulações, que eram compostas de oficiais de diversos postos e de graduados, tinham de ocupar o mesmo quarto, o que, se por um lado era, na época, extremamente benéfico para o cumprimento da missão, por outro contrariava os rígidos regulamentos militares em vigor.

Os acidentes que ocorriam – e que eram então comuns, dada a precariedade dos campos de pouso e a fragilidade das aeronaves – levavam, muitas vezes, as tripulações ao estresse, o que os induzia a ter, nos momentos de folga, um procedimento, às vezes, demasiadamente descontraído. Tudo isto contribuía, em muitas ocasiões, para a existência de um clima de mal estar no convívio com os companheiros de outras Armas, particularmente, com os superiores. E foi dentro deste clima, com setores favoráveis e outros desfavoráveis à criação de uma Organização independente para os assuntos de Aviação que houve, pela primeira vez, um pronunciamento oficial de um Órgão do Governo em relação ao assunto.

Em 1939, o Ministério da Marinha, em longo e circunstanciado documento assinado pelo Chefe do Estado-Maior da Armada e dirigido ao Conselho de Segurança Nacional, rebateu todos os argumentos até então apresentados em favor da criação do Ministério da Aeronáutica. O Presidente da República, Getúlio Vargas, que já tomara conhecimento, por intermédio de seu piloto e assessor Capitão Nero Moura, das várias manifestações a respeito – e segundo o mesmo, vinha demonstrando receptividade à ideia da criação do Ministério da Aeronáutica – recebeu cópia também desse documento.

O Presidente era, reconhecidamente, um entusiasta da Aviação. Para se ter uma ideia disto, basta citar o voo que ele realizou, em 1931, quando voar ainda era uma aventura, no protótipo da aeronave Muniz M-9, projetado e construído, na França, pelo Capitão Engenheiro Antonio Guedes Muniz, como trabalho de fim do Curso de Engenharia que realizara naquele país.

Segundo também o Capitão Nero Moura, o documento apresentado pela Marinha não alterou suas convicções sobre a criação do Ministério da Aeronáutica. Assim, em meados de 1940, ele entregou ao Capitão Nero Moura, que além de seu piloto era também seu amigo e pessoa de sua inteira confiança, tudo que ele havia recebido sobre a criação do novo Ministério, com a recomendação de que reunisse um grupo, de nomes escolhidos a seu critério, estudasse o assunto e, tão logo o concluísse, apresentasse o resultado. Tudo foi feito e, cumprida a determinação, levou o resultado ao Presidente apresentando, junto, uma lista de nomes que, na opinião do Grupo que era constituído dos tenentes coronéis Travassos e Vanderley e dos capitães Lampert e Câmara Canto, poderiam ser convidados para ocupar a nova Pasta.

Ao receber o documento, segundo, ainda, o Capitão Nero Moura, o Presidente, referindo-se à sugestão de nomes para o cargo de Ministro e recomendando absoluto sigilo para isto, revelou que já se decidira pela criação do Ministério da Aeronáutica e que o respectivo Ministro seria um civil. Algum tempo depois, o que se imaginava ocorreu: o Presidente assinou, em 20 de janeiro de 1941, decreto-lei criando o Ministério da Aeronáutica e, para o cargo de Ministro, nomeou seu ex-Ministro do Trabalho, o Advogado Joaquim Pedro Salgado Filho, figura ilustre e respeitada que, com grande habilidade e sensibilidade, conduziu o Ministério da Aeronáutica durante seus primeiros cinco anos de existência.

PERÍODO 1941 A 1945

Criado o Ministério, um grande desafio logo se apresentou, e envolvia três setores: Pessoal, Equipamento e Infraestrutura. Era urgente equipar o novo Ministério com os meios indispensáveis, não apenas para atender suas necessidades normais, como, também, para que pudesse enfrentar uma situação que já se vislumbrava em horizonte próximo: a entrada do nosso país, na Segunda Guerra Mundial. As decisões para vencer esse desafio foram tomadas

e as providências necessárias, delas decorrentes, imediatamente adotadas. Esses atos podem assim ser resumidos:

PESSOAL

Os estudos desenvolvidos a respeito deixaram evidente que as necessidades, em Pessoal, da Força Aérea Brasileira, não poderiam ser supridas apenas com os diplomados pelas Escolas de Formação da Organização. Ficou então decidido que, tanto o Quadro de Oficiais Aviadores, como o de Especialistas em geral, ambos seriam compostos por elementos da ativa e da reserva.

Os Oficiais Aviadores da ativa seriam formados na Escola de Aeronáutica. Seu Corpo de Cadetes seria integrado, nos diversos anos, por elementos oriundos das Escolas de Aviação Militar e Naval, por alunos do Curso de Oficiais da Reserva Naval e por civis com formação universitária que se candidatassem. Um elenco bastante heterogêneo, sem dúvida. Os Oficiais Aviadores da reserva seriam formados em um Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), a ser criado no país, e nos EUA, conforme entendimentos já iniciados. Estas providências resultaram na diplomação, no período de 1942 a 1945, de 378 Oficiais da ativa, e 461, da reserva.

Os Especialistas da ativa seriam formados na Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAER), já instalada no Galeão e, os da reserva, nos EUA, em Escolas civis e, no Brasil, em uma Organização que se denominaria Escola Técnica de Aviação, que deveria funcionar em São Paulo mediante contrato com uma escola civil norte-americana. Instalada no antigo Hotel dos Imigrantes, ela se tornou uma organização gigantesca, possuindo modernos laboratórios para os diversos cursos que ministrava, além de atividades de lazer como clube, cinema, hospital e até um jornal, chegando a ter, um ano após sua inauguração, 4.000 alunos.

Relacionados ao Setor Pessoal, dois pontos requeriam uma definição urgente: a designação de Postos e Graduações nos Quadros de Pessoal e o Uniforme a ser adotado pela nova Força.

POSTOS E GRADUAÇÕES

No que se refere aos Graduados, houve, desde o início, concordância unânime de que se mantivessem as designações em vigor no Exército. No referente aos Oficiais, houve um grande debate a respeito. Um grupo defendia a ideia de serem adotadas as designações existentes no Exército enquanto outro advogava que elas fossem inteiramente novas. Ao final ficou decidido que ocorreria um meio termo, da seguinte forma: até Coronel, os postos obedeceriam à mesma designação daquela Organização, acrescidos da palavra *aviador*, e, para o grupo de Oficiais-Generais, seria trazido, do passado, um tradicional termo que vigorara no Exército e, atualmente, não mais existia: Brigadeiro, ao qual seria acrescentado *do Ar*. E, assim, estava a nossa Força pronta para ser conhecida.

UNIFORMES

Atendendo à recomendação recebida, a Comissão de Uniformes designada para elaborar o respectivo Plano, apresentou, pouco tempo depois, o resultado dos seus estudos, tendo sido criado, por decreto-lei de 30 de maio de 1941, o primeiro Plano de Uniformes da nossa Organização que, no entanto, não chegou a entrar em vigor.

Durante todo o ano de 1941 os integrantes da Força Aérea Brasileira, exceto os cadetes do primeiro ano, usaram os uniformes das Organizações de origem. Somente em princípios de fevereiro de 1942 quando foi editado o novo Plano de Uniformes, ele passou a ser implantado gradativamente. Em alguns aspectos, ele apresentou algumas inovações em relação às Organizações de origem, criando alguns itens que não existiam em seus respectivos Planos, tal como o capacete de explorador usado por Oficiais e por Graduados – branco, para os primeiros, e caqui, para os segundos. Foi criado, igualmente, o Uniforme de Verão, que era composto por camisa, bermuda, sandálias e capacete de explorador. Não havia o macacão de voo. Assim, durante os voos, tanto os Oficiais como os graduados utilizavam o uniforme interno, ou normal, ou de verão, incluindo, para os cadetes, as sandálias. Ao longo do período em que esteve em vigor, esse Plano sofreu alguns ajustes pontuais.

MONUMENTO ÀS ORIGENS DA FAB

O Monumento alusivo às origens da Força Aérea Brasileira foi erigido com peças doadas pelo Exército e pela Marinha – canhão e âncora, respectivamente, às quais se juntou a bomba, representando a Força Aérea Brasileira, resultado final da respectiva fusão, com a finalidade de materializar o histórico acontecimento. Lamentavelmente, em época não conhecida, ele foi desmontado, dele restando, hoje, apenas a âncora que se encontra no Museu Aeroespacial (MUSAL).

As necessidades em meios aéreos compreendiam aeronaves de Instrução e de Combate, ficando, então, decidido que a respectiva aquisição seria feita nos EUA, nos termos da lei *Lend & Lease*, recentemente promulgada naquele país, que permitia sua cessão, por preços reduzidos, a países selecionados, quando a operação fosse considerada de interesse da nação norte-americana. Assim, no período de 1941 a 1945, foram adquiridas as seguintes aeronaves:

Para a instrução na Escola de Aeronáutica – Fairchild PT-19, Vultee BT-15, North American T-6, Cessna UC-78, Beechcraft AT-7 e Beechcraft AT-11; e

De combate – Caça: P-40 Warhawk

e P-47 Thunderbolt; Bombardeio: A-28 Hudson e B-25 Mitchell; e Patrulha: Ventura PV-1 e PBY-5A Catalina.

Houve, neste período, um fato que se constituiu em uma verdadeira epopeia. O translado em voo, dos EUA para o Brasil, de 119 aviões Fairchild PT-19, aeronave de Instrução, de pequeno porte, com pequena autonomia de voo, sem qualquer meio de comunicação e de navegação, possuindo apenas os instrumentos mínimos indispensáveis ao voo. Os norte-americanos achavam que a operação planejada era uma temeridade e estimavam que na travessia houvesse uma perda de aproximadamente 40% da frota a ser transladada.

Essas previsões não se confirmaram, tendo sido, a operação, um sucesso. Dos 119 aviões que iniciaram a viagem de translado, apenas três foram perdidos, todos já no Brasil. A lamentar, houve um acidente fatal, com o falecimento do piloto, em pouso forçado no estado do Amapá. No mesmo período, foram transladadas outras inúmeras aeronaves: Beechcraft C-43, Beechcraft C-45, Vultee BT-15, North American T-6, Lockheed UC-40, Fairchild UC-61, B-25 Mitchell, UC-64 Noorduyn e Douglas C-47, totalizando mais de 600 aparelhos, dos quais cerca de 400 foram de Instrução para a Escola de Aeronáutica.

Monumento alusivo às origens da Força Aérea Brasileira

INFRAESTRUTURA

A Infraestrutura Aeronáutica, na época da criação do Ministério da Aeronáutica, era bastante precária. Houve, no entanto, no setor, uma significativa evolução a partir de 1942, quando o Brasil deu permissão para a PANAIR do Brasil, então subsidiária da Pan American (PANAM), construir campos de pouso ao longo do litoral do Norte-Nordeste, do Amapá a Salvador.

O ato foi resultado de um acordo que envolveu os EUA, a PANAM e a PANAIR. A construção destes aeroportos era, particularmente, do interesse dos EUA. Como eles ainda não haviam entrado no conflito, por força da situação de país neutro, não podiam, ostensivamente, incumbir-se dessa tarefa. Assim, as verbas indispensáveis a essas obras, nos países do Caribe e na América do Sul, foram, pelos EUA entregues à PANAM, que as repassou à PANAIR do Brasil, sua subsidiária que, no prazo de dois anos que fora estabelecido, não apenas construiu, mas equipou esses aeródromos com aparelhos para navegação e aproximação e os entregou ao nosso país.

Merece destaque a construção, nesse período, pela Força Aérea Brasileira, de residências que foram completamente equipadas para Oficiais e Graduados em todas as cidades do Nordeste onde estavam sediadas Bases Aéreas (Salvador, Recife, Natal e Fortaleza), iniciativa do Brigadeiro Eduardo Gomes, então Comandante da 2ª Zona Aérea.

PERÍODO APÓS GUERRA 1946 a 1950

SETOR DE PESSOAL

Neste período, particular atenção foi dada, pela FAB, às ações visando ao aperfeiçoamento de seus Quadros. Assim, em 1946, foi criado o Curso de Estado-Maior, que funcionou nas instalações da ECEME. No ano seguinte, 1947, foi criada a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), com os Cursos de Estado-Maior e Superior de Comando, já então, em sua nova Sede, no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro.

Em 1949, para facilitar o ingresso na Escola de Aeronáutica, foi criado o Curso Preparatório, em Barbacena, curso que no ano seguinte se transformou em Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR) e, no mesmo ano foi criado o Curso de Tática Aérea, em Cumbica (São Paulo), e que mais tarde se tornaria a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAOAR).

EQUIPAMENTO

No setor Equipamento Aéreo, a FAB, aproveitando a oferta feita pelos EUA para a venda de excedentes de guerra, adquiriu cerca de 300 aeronaves, dentre as quais 100 North American T-6, 25 P-47 Thunderbolt, 64 B-25 Mitchell, 60 Beechcraft C-45 e 30 Douglas C-47.

RECEBIMENTO A BASE NORTE-AMERICANA DE NATAL

Há um fato, ocorrido no final do ano de 1946, por mim, inclusive, vivido, que, pelo seu aspecto histórico e pelas circunstâncias que o envolveram, merece ser mencionado. Foi o recebimento da Base Norte Americana de Natal.

Naquela época, decorrido mais de um ano do término da Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos ainda lá permaneciam, com toda infraestrutura montada durante o conflito, em pleno funcionamento e sob sua direção. Ela compreendia, entre outras instalações, o enorme complexo que incluía o setor de viaturas e de máquinas, a carpintaria, a lavanderia e as facilidades de diversos tipos destinadas ao atendimento da população norte-americana que ainda lá se encontrava, como alojamentos, hospital, hotelaria, cafeterias e cinemas (em sala fechada e, ao ar livre, o *drive-in* etc.).

Este fato, soubemos mais tarde, passou a preocupar a autoridades brasileiras que começaram a pressionar os norte-americanos no sentido de que a Base fosse entregue à Força Aérea Brasileira. Havia, entretanto, um sério problema que tinha de ser considerado e resolvido. O pequeno contingente brasileiro existente em Natal não era suficiente para, de imediato, receber e manter aquela enorme estrutura. A solução encontrada se tornou conhecida no final do mês de setembro daquele ano por um rádio cifrado, enviado pelo Estado-Maior da Aeronáutica ao Comandante da Base Aérea do Galeão. Nele havia a determinação de que o 3º GBM, Unidade de Bombardeio Médio, equipada com aeronaves B-25 Mitchell e nela sediada, deveria estar preparado para, nos próximos dias, seguir para Natal, onde ficaria o tempo que fosse necessário, auxiliando, com seu efetivo, os integrantes da Base brasileira lá instalada, no recebimento da Base norte-americana, esclarecendo que as aeronaves deveriam se deslocar sem o seu armamento. Finalmente informava que nos próximos dias seguiriam instruções específicas a respeito.

Dias depois, estas instruções chegaram e seis aeronaves se deslocaram com suas tripulações e metade do efetivo de oficiais do Grupo. Após 30 dias, o Grupo foi substituído por outro que lá permaneceu aproximadamente o mesmo tempo. Houve, ainda, outro revezamento, após o que, a operação que durou cerca de três meses, foi encerrada com pleno sucesso.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA DÉCADA DE 50

Durante a década de 50, a FAB continuou a desenvolver ações visando à sua plena operacionalidade, que se processaram tanto na área de Infraestrutura, como na Administrativa e na Operacional, sendo as principais:

Vultee BT-15 na Base de Curitiba

1950 – conclusão da transferência, para Guaratinguetá (SP), da EEAER, o que veio permitir um significativo aumento do Quadro de Graduados Especialistas que já se fazia necessário;

1951 – criação do Comando de Transporte Aéreo (COMTA) e da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI);

COMTA – atendimento, não apenas das necessidades do CAN, cujo significativo aumento em suas atividades passara a exigir a existência de um Órgão específico para coordená-las, como, também, em face da ideia, já então existente, da criação de Unidades de Transporte que ficariam igualmente sob seu comando;

CERNAI – para atender compromissos internacionais assumidos pelo Brasil;

1951 a 1954 – criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e do Centro Técnico de Aeronáutica (CTA);

1953 – instituição do Cartão de Voo por Instrumentos-VI;

1955 a 1957 – criação dos Órgãos de Apoio ao Exército e à Marinha: 1ª e 2ª Esquadrilhas de Ligação e Observação (ELO); Comando Aerotático Terrestre (CATTER); Comando Aerotático Naval (CATNAV); e 1º Grupo de Transporte de Tropa (GTT);

1956 – aumento dos Quadros de Oficiais Aviadores, Intendentes e Médicos;

1957 – criação da Aviação Embarcada, com o 1º GAE (Grupo de Aviação Embarcada); e

1959 – estabelecimento do Transporte aéreo regular entre a cidade do Rio de Janeiro e a nova Capital Federal, Brasília, destinado ao atendimento das necessidades de transporte de funcionários do Governo, construção da Base Aérea e primeiras residências para o pessoal da FAB.

EQUIPAMENTO

Aquisição das seguintes aeronaves para Unidades Aéreas:

1951 – B-17 Fortaleza Voadora para atender os compromissos com a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI);

1953 – F-8 e TF-7 Gloster Meteor para substituir os P-47 Thunderbolt no 1º Grupo de Caça (essas foram as primeiras aeronaves a reação recebidas pela Força Aérea Brasileira);

1953 – 100 aeronaves Fokker T-21 para substituir os Fairchild PT-19 na Escola de Aeronáutica (essas aeronaves foram montadas na Fábrica do Galeão);

1957 – B-26 Invader para substituir o B-25 Mitchell nas Unidades de Bombardeio;

1957 – P-16 Tracker destinadas a equipar o 1º GAE;

1958 – SA-16 Albatroz destinadas às operações de Busca e Salvamento; e

1958 – P-15 Netuno destinadas a equipar a Unidade de Patrulha (1º/7º GAV), que estava inoperante desde 1951.

Também em 1958, a elaboração e entrada em vigor da *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira* que, a partir de então, serviu de base para todos os documentos operacionais da FAB.

INFRAESTRUTURA

Neste setor, na década de 50, merece destaque a criação de duas Organizações e as atividades que desenvolveram desde então: a Comissão de Estudos e Construção da Academia da Força Aérea (CECAFA) e a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA).

A CECAFA foi criada em 1958, com o fim específico de dar continuidade e concluir as obras da Academia da Força Aérea, em Pirassununga (SP), que estavam paralisadas há oito anos.

Depois de um início em clima de otimismo pela transferência da Escola de Aeronáutica para Pirassununga, provocado, não apenas pela necessidade desta providência, em face do crescente movimento aéreo na área da cidade do Rio de Janeiro, como pelo entusiasmo que passou a existir envolvendo as autoridades e o povo de Pirassununga e das cidades próximas, em virtude do que este acontecimento representava para o desenvolvimento da região, após a construção da pista, de seis hangares e de alguns rústicos prédios de apoio, o ritmo das obras foi decrescendo

até serem totalmente paralisadas. Sua construção, por motivos vários, passou a não ser prioritária no âmbito do Ministério da Aeronáutica. Devido às pressões que tiveram origem no âmbito municipal e, posteriormente, passaram a contar com a adesão das autoridades estaduais e chegaram à Presidência da República, foi decidido que as obras seriam retomadas sob a direção e responsabilidade de uma Organização a ser criada especificamente para este fim, contaria com verbas orçamentárias próprias e ficaria subordinada diretamente ao Ministro da Aeronáutica. Graças, particularmente, a esta última providência, a nova Organização, a CECAFA, adquiriu extrema agilidade nos seus procedimentos, o que lhe permitiu cumprir sua missão.

A COMARA, Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, foi criada em 1952 com a missão de *projetar, construir e manter os aeroportos da Região Amazônica*, atividade que, na época, passou a ser executada com verbas do Ministério da Aeronáutica e da Superintendência de Valorização do Estado do Amazonas, que mais tarde passaria a ter a denominação de SUDAM.

O trabalho da COMARA é do mais alto valor, não apenas sob o ponto de vista técnico, viabilizando operações aéreas na Amazônia, como sob o aspecto social, contribuindo, com suas ações, não apenas para melhorar as condições de vida e a qualificação profissional dos integrantes daquelas comunidades isoladas, como, também, para permitir sua integração com as demais regiões do país. Para se ter uma ideia do seu trabalho, é oportuno citar que, em 1951, a Amazônia possuía 17 aeroportos, dos quais apenas três eram pavimentados.

Em 67 anos de existência, a COMARA construiu mais de 180 aeroportos, o que representa uma média de quase três aeroportos por ano. Deve-se ainda considerar que, durante o período de chuvas, trabalhos desta natureza, na Região Amazônica, só são possíveis durante três ou quatro meses.

OPERACIONALIDADE

A Força Aérea Brasileira teve um salto de qualidade em sua operacionalidade com o engajamento na Segunda Guerra Mundial, e três fatores, particularmente, concorreram para isto. Podemos considerar que o processo teve início em 1942, quando foi acordado entre as autoridades brasileiras e norte-americanas a criação, em Fortaleza, de um Grupamento de Aviões de Combate que, com a participação de instrutores da *United States Army Air Force* (USAAF), teria como missão *adaptar os integrantes da Força Aérea Brasileira ao uso de aviões de guerra modernos*.

No Curso ministrado, foram utilizados caças Curtiss P-36, bombardeiros B-25 MItchell e aeronaves de patrulha Ventura PV-1. Os oficiais aviadores brasileiros que ali estagiaram foram, após o Curso, distribuídos pelas bases aéreas de Natal e de Recife, onde transmitiram a outros, os ensinamentos recebidos.

O segundo fator foi a criação do *United States-Brazil Air Training Unit* (USBATU). Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os pilotos brasileiros passaram a realizar, em tripulações mistas com os norte-americanos, missões de Patrulha em aeronaves Ventura PV-1 e PV-2. A fim de que fosse possível liberar os pilotos norte-americanos para atuarem em outros teatros de operações, deixando as missões de Patrulha na costa brasileira a cargo da FAB, por sugestão dos EUA, acolhida pelo Brasil, foi criada a Unidade Móvel de Treinamento, denominada USBATU, que se destinava a tornar os brasileiros plenamente operacionais nos aviões Ventura.

Outros cursos, nos mesmos moldes, viriam a funcionar, no futuro, na Base Aérea de Santa Cruz, para formação de pilotos da aeronave P-40 Warhawk e, também, nas Unidades equipadas com aeronaves PBY-5A Catalina.

O terceiro fator foi a criação do 1º Grupo de Caça, constituído para atuar na Itália e que, antes de seguir para aquele Teatro de Operações, teve seu treinamento em Unidades norte-americanas, em Orlando (Flórida), Aguadulce (Panamá) e Sufolk (Virginia), onde adquiriu um alto padrão de operacionalidade.

Estes, na prática, foram os primeiros grandes passos dados pela Força Aérea Brasileira para atingir sua plena operacionalidade e que hoje, para nosso orgulho, se situa no mesmo nível das maiores e melhores Forças Aéreas do mundo.

O CORREIO AÉREO NACIONAL (CAN)

O primeiro voo do CAN ocorreu em 1931, dez anos antes, então, da criação do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira. Apesar disto, não é possível dissociar um fato do outro. Quando se fala em Força Aérea Brasileira vem logo, ligada a ela, a atividade do CAN e vice-versa. É bastante considerar que o Dia do Correio Aéreo Nacional é, na prática, a segunda data, em importância, no calendário das comemorações da nossa Força Aérea. Por isto é indispensável, quando falamos em CAN, nos reportarmos às suas origens, que estão na Aviação do Exército.

A ideia da sua criação nasceu logo após a ativação do Grupo Misto de Aviação, em 21 de maio de 1931, no Campo dos Afonsos, como Correio Aéreo Militar, em uma época em que os aviadores do Exército lutavam para se libertar do chamado *cilindro dos Afonsos*, um cilindro hipotético, estabelecido pela Missão Militar Francesa que, tendo por ponto central o Campo dos Afonsos, estabelecia uma área de dez quilômetros de raio em que eles, normalmente, poderiam voar sem estarem acompanhados por um instrutor da respectiva Missão.

Liberados desta ação restritiva, pois os aviadores passaram a ficar subordinados unicamente ao Comandante do Grupo, Major Eduardo Gomes, a ideia, que teve o apoio irrestrito do Ministro da Guerra, General José Fernandes de Castro, foi logo posta em prática, o que, sem dúvida, lhes permitiria um salto de qualidade em suas condições operacionais, única preocupação, na época, dos aviadores militares. No futuro, no entanto, esta visão se modificaria.

Havia, também, a ideia do Governo de que o Correio Aéreo Militar complementasse o serviço executado pelo Correio Postal, daí seu nome inicial: Correio Postal Militar. Assim, em junho de 1931, foi realizado o voo inaugural da Primeira Linha do Correio Aéreo Militar, na rota Rio de Janeiro-São Paulo-Rio de Janeiro à qual se seguiram inúmeras outras:

Em setembro do mesmo ano, Goiás;

Em 1932, Mato Grosso do Sul e Paraná;

-Em 1933, São Francisco, inicialmente até Fortaleza e, depois, Teresina e Belém;

-Em 1936, primeira Linha Internacional – Assunção (Paraguai); e

-Em 1939, Tocantins, após duas viagens precursoras realizadas em 1936 e 1937.

O grande impulso do Correio Aéreo Nacional deu-se após o término da Segunda Guerra Mundial com a entrada, em operação, das aeronaves Douglas C-47, aparelhos, para a época, de grande capacidade de carga e autonomia, o que ampliou, consideravelmente, as possibilidades de apoio às desassistidas populações do interior do país, grande preocupação e objetivo maior do Correio Aéreo Nacional.

A partir daí, todos os voos do CAN operando em rotas que atendiam pontos longínquos do país, como Xingu, Araguaia, Tocantins, Boa Vista, Acre e outras, passaram a incluir em suas tripulações um médico, que, em cada escala, dava atendimento às populações que, à chegada das aeronaves da FAB, acorriam em massa, ao aeroporto, para receberem assistência com a qual nunca haviam sonhado. Nessas ocasiões recebiam, também, os medicamentos indicados que sempre eram levados pelos médicos.

Merecem destaque as Linhas que foram criadas na Amazônia, a partir de 1951, quando as aeronaves PBY-5 Catalina, que estavam sediadas no Galeão, foram transferidas para Belém, época em que a COMARA iniciou os trabalhos de construção de campos de pouso na região, o que viria a permitir, no futuro, a utilização de aeronaves que somente podiam operar em terra.

Mais tarde, com a adaptação dos Catalina para transporte de passageiros, realizada nos EUA, passando a sua denominação para C-10, as operações se intensificaram, vindo a beneficiar, de forma extraordinária, as populações fixadas ao longo do Rio Amazonas e seus afluentes. Outros destaques foram a Linha do Araguaia, criada a pedido da Fundação Nacional do Índio para atender seus postos existentes nas comunidades indígenas, as Linhas destinadas à ligação do Brasil com todos os países da América do Sul e EUA, e, em 1957, a Linha mensal para Suez para apoio às tropas brasileiras que lá estavam destacadas a serviço das Nações Unidas. Nela, inicialmente, foram utilizadas aeronaves B-17 Fortaleza Voadora que, em 1960, foram substituídas pelos Douglas Skymaster C-54.

A nossa Corporação é relativamente jovem, mas tem uma rica História. No espaço que nos foi concedido, procuramos apresentar um pouco do que foram seus primeiros anos de existência, um pouco do que vivemos ou acompanhamos de perto. Em relação às atuais gerações somos considerados Precursores, mas, para que chegássemos onde estamos, muitos companheiros, que estão para nós como estamos para as novas gerações, percorreram um tortuoso caminho, desenvolvendo extraordinários esforços para que tivéssemos como resultado, o que somos hoje. A eles, rendo, aqui, a minha homenagem.

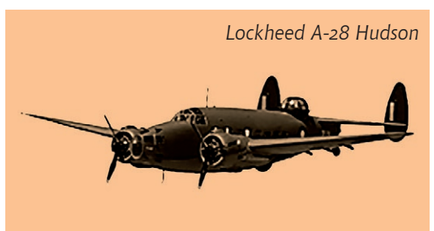
Minhas senhoras, meus senhores, meus companheiros,

Há os que olham, mas não veem. Os que ouvem, mas não escutam.

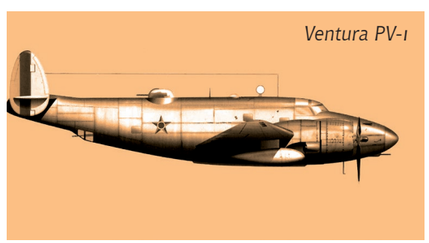
Não mostramos tudo o que teríamos para mostrar. Não dissemos tudo que gostaríamos de dizer.

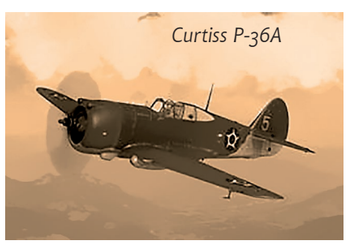
Se, no entanto, viram o que lhes foi mostrado e escutaram o que lhes foi dito, certamente entenderão por que tanto nos orgulhamos de pertencer à Força Aérea Brasileira e por que certamente dela se orgulharão os que nos sucederem e a ela vierem pertencer ■

Fairchild PT-19


Lockheed A-28 Hudson

B-25 Mitchell


Ventura PV-1


Curtiss P-36A

DIPLOMAÇÃO

Curso do Pensamento Brasileiro VIII

Composição da mesa: da esq. para a dir., Ten Brig Ar Rodrigues Filho, Ten Brig Ar Rossato, Maj Brig Ar Vinicius, Carlos Nejar e, no púlpito, Cel Av Araken

No dia 28 de novembro de 2017, aconteceu a diplomação do VIII Curso do Pensamento Brasileiro e a Cultura Aeronáutica, promovido pelo Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica. Participaram todos os alunos e palestrantes que fizeram parte da história do Curso.

O Cmt da Aeronáutica, Ten Brig Ar Nivaldo Luiz Rossato, veio prestigiar e abrilhantar o evento, que contou com mais de 100 pessoas. Ilustres convidados também fizeram parte da cerimônia, tais como o acadêmico Carlos Nejar, que compôs a mesa das autoridades, juntamente com o Cmt da Aeronáutica, o Pres. do CAER, Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa, e o Diretor do INCAER, Ten Brig Ar Rafael Rodrigues Filho.

Iniciou-se a cerimônia com o Hino Nacional Brasileiro e, logo após, o Pres. do CAER saudou a todos e reiterou a importância do estudo da Cultura Nacional e Aeronáutica.

Passou-se então ao momento religioso, quando tivemos a grata surpresa da *Ave Maria* cantada pela 2S SMU Alessandra Rodrigues Turola, que foi acompanhada ao violão pelo 1S SMU Henrique Simões de Azevedo, seguido pelas palavras do Capelão Milton Campos.

Seguiu-se a entrega dos diplomas e broches comemorativos aos participantes. Um a um, recebiam, alegres, suas graduações das mãos de um dos componentes da Mesa.

Após a diplomação, o Diretor do Dept. Cultural do CAER, Cel Av Araken, sintetizou em seu discurso sobre o Curso, cujo propósito é saber quem é o Ser nacional e que Nação é esta, que se apoia na filosofia, mas, no formato oferecido pelo Dept. Cultural, foram adicionadas a religião e a arte. A formação do povo brasileiro ocorreu com a miscigenação dos indígenas, que se encontravam nas novas terras, com o português conquistador e o negro africano trazido para o trabalho escravo. Somente a partir da terceira geração aqui nascida, surgiu o sentimento de *Eu sou Brasileiro.* Esta importante questão da identidade se caracterizara pela brasilidade, associada à cidadania, que nada mais é do que nossa ação política. Dentro deste contexto, nasce o entendimento de que a Nação deve prevalecer sobre o Estado. Assim, chama a atenção para o valor do patriota, aquele que ama a terra de seus pais, seu próximo, e permite fortalecer o crescimento da Nação. Neste arcabouço brasileiro, a Cultura Aeronáutica faz parte da Cultura Nacional, mormente pela sua força na formação da integração e da identidade nacional. Por fim, sugeriu que, no próximo ano, fosse criado o ACISO Cultural, com o objetivo de levar a Cultura Nacional, por meio da música e da literatura, aos rincões mais limítrofes do Brasil. Sugeriu, também, a criação de um Campus Avançado da UNIFA (Universidade da Força Aérea) junto ao Dept. Cultural do CAER, a fim de aprofundar as pesquisas do Pensamento Brasileiro e da Cultura Aeronáutica.

A confraternização foi encerrada com coquetel e almoço, onde todos festejaram a conclusão do VIII Curso do Pensamento Brasileiro.

Momento religioso

Coquetel e almoço de confraternização

O Clube de Aeronáutica,
por intermédio do Departamento Cultural,
confere a

Diplomação

o certificado de participação no
Curso do Pensamento Brasileiro
e a Cultura Aeronáutica.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2017

Araken Hipólito da Costa - Cel Av
Diretor Cultural

Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa
Presidente

O BRASIL E A CRISE NORTE-COREANA

Reis Friede
Desembargador Federal, Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Professor Honoris Causa da Escola de Comando e Estado-Maior de Aeronáutica (ECEMAR).
reisfriede@hotmail.com

O líder norte-coreano *Kim Jong-Un* mais uma vez conseguiu atrair para si a atenção do mundo ao afirmar que está considerando um ataque de mísseis à Ilha de Guam, território norte-americano que fica a cerca de 2,5 mil quilômetros a leste das Filipinas, horas depois de *Donald Trump* ter ameaçado a Coreia do Norte com o uso de força militar (*fogo e fúria como o mundo nunca viu*).

Na verdade, o problema epigrafado remonta ao início da década de 1950, quando o presidente *Harry Truman* não incluiu a Coreia do Sul na zona de defesa prioritária dos EUA, permitindo que a Coreia do Norte, apoiada principalmente pela China, se achasse em condições de invadir seu vizinho do sul, para unificar a Península Coreana.

Truman, em certo aspecto, agravou o problema ao destituir, em 1951, o general *Douglas Macarthur*, que era o comandante das tropas da ONU durante o conflito e tinha por objetivo resolver, em definitivo, o problema coreano, unificando ambas as Coreias sob a égide da democracia sul-coreana e com expressa autorização daquele Organismo Internacional.

Em 2002, o presidente *George W. Bush* foi alertado (assim como seu antecessor *Bill Clinton*, alguns anos antes) sobre as ambições nucleares norte-coreanas e o início do desenvolvimento das armas atômicas e dos respectivos mísseis balísticos para seu lançamento e nada fez a respeito.

Com a posse de *Barack Obama* em 2009, o aprofundamento da crise coreana apenas conduziu, por intermédio de um processo de *inércia estratégica* (camuflada por um sedutor poder carismático de seu protagonista), a uma conjuntura que, nos dias presentes, claramente limita (ou mesmo impede) a (natural) *opção militar* de *Trump*.

Isso, porém, não quer dizer, necessariamente, que não haja solução para a crise norte-coreana.

Embora se possa afirmar que, em grande medida, o período de autêntica *liderança* norte-americana no mundo tenha se encerrado após o governo de *George Bush*, em 1992, uma relativa proeminência estadunidense continua a existir e muito ainda pode ser feito pelos EUA a respeito do tema, mas, certamente, com muito mais efetividade e sinergia, por meio de parcerias estratégicas que devem ser, cuidadosa e criteriosamente, construídas.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que *Vladimir Putin* e *Xi Jinping* são parte da *solução* e não propriamente do *problema*; uma vez que são líderes qualificada e identificadamente *ambiciosos* (e naturalmente arraigados defensores dos interesses nacionais de seus respectivos países), porém sabidamente *lúcidos* (e extremamente inteligentes e habilidosos); assim como o *premier* japonês *Shinzo Abe* e o presidente sul-coreano *Moon Jae-In*, igualmente, se constituem em aliados fundamentais para um desfecho da atual crise na Península Coreana.

Por essa sorte de considerações, certamente não é uma boa ideia – na presente situação – simplesmente *nada fazer*, sendo correto assumir que, no caso da Coreia do Norte, uma *aliança estratégica* urgente de um G3, integrado por EUA, China e Rússia, se faz (pragmaticamente) necessária (desde que muito bem planejada e, sobretudo, correta e inteligentemente aplicada) para, em um primeiro momento, *neutralizar* o poderio norte-coreano, que se encontra ancorado em frágeis alicerces econômicos e militares.

Destarte, o caminho lógico seria, neste diapasão analítico, a aplicação imediata de um completo *embargo econômico* (uma vez que o tempo da possível efetividade quanto ao emprego de *sanções econômicas* já expirou) que simplesmente sufocaria, de modo agudo e irreversível, a frágil economia daquele país, lembrando que tanto ogivas nucleares como mísseis balísticos possuem altíssimos custos de manutenção para que permaneçam, de fato, operacionais.

As chances de êxito de um *embargo econômico* em relação à Coreia do Norte são muito reais para serem (simplesmente) desprezadas. O *isolamento total* do regime de *Kim Jong-Un* o conduziria prontamente a uma encruzilhada: negociar um desarmamento nuclear em troca da manutenção de seu regime ditatorial, afiançado pelo poderio da China (criando um autêntico e novo *protetorado* no século XXI); ou, em virtual oposição, um ataque preventivo de caráter retaliatório à base militar norte-americana de Guam (ou mesmo, por absurdo, a Seul, com cerca de 10 milhões de habitantes e que se localiza a apenas 60 quilômetros da fronteira), sem qualquer propósito prático, pois ensejaria automaticamente uma reação militar que simplesmente retiraria do mapa a Coreia do Norte.

Para tanto, um acordo do G3 (EUA, China e Rússia), verdadeiramente efetivo e realista, teria de ser muito bem costurado, por meio de concessões norte-americanas em relação à Ucrânia e à Síria e de um conjunto de ações de *incentivo* à total cooperação chinesa na empreitada, lembrando que a China possui razões para temer os efeitos adversos da aplicação de sanções mais pesadas em relação à Coreia do Norte, que vão desde a ameaça econômica que a unificação coreana lhe traria até a multiplicação de problemas socioeconômicos em relação aos cidadãos chineses que vivem ao longo da fronteira sino-coreana.

Jamais podemos deixar de ter em mente que nos atuais *Conflitos de Quarta Geração* – em que, na classificação doutrinária corrente, se insere a crise norte-coreana – não há mais espaço (exceto por absoluto equívoco, insensatez ou mesmo gravíssimo erro de interpretação ou de cálculo) para as guerras no sentido tradicional do termo, substituídas que foram pela nova concepção de confrontação fundada na manutenção do *status quo* por meio da celebração de *acordos globais*.

Resta evidente, portanto, que *Trump* vai ter que ter a mesma ousadia corajosa de *Ronald Reagan* que, a seu tempo e com sua política de *contra-força*, simplesmente venceu a Guerra Fria, quando asfixiou a economia soviética, superando um desafio de muito maior magnitude do que o representado, na atualidade, pela Coreia do Norte.

Por efeito, assim como naquele difícil período histórico, existem soluções muito claras (embora naturalmente complexas e desafiadoras) para a crise norte-coreana, que podem ser implementadas por meio, por exemplo, de uma *sinalização* (imperiosamente crível) de apoio ao *rearmamento do Japão*, que certamente funcionaria como um grande *incentivo* à colaboração chinesa (através da construção de ações efetivas ou mesmo de simples ameaças em uma imprescindível *moeda de troca*).

Lembrando, por oportuno, que tanto *Xi Jinping* como *Putin*, já sinalizaram (expressamente) concordar com a solução conhecida como *dupla suspensão,* os norte-coreanos desistiriam de seus projetos nucleares (e de seu poderio militar de alcance estratégico-global), e os norte-americanos, em contrapartida, suspenderiam seu ambicioso programa de construção e desenvolvimento de um *escudo antimísseis* (do qual o projeto Thaad é atualmente o seu principal componente) e desistiriam da criação de uma futura *linha contensiva* (de natureza político-militar) com o Japão e a Coreia do Sul, *desnuclearizando*, em benefício recíproco do G3 (EUA, China e Rússia), bem como da estabilidade e paz mundiais, a Península Coreana.

Não obstante as evidentes incertezas envolvidas nessa empreitada, não pode haver qualquer dúvida plausível de que os riscos de nada fazer se apresentam muito mais gravosos a curto e médio prazos, posto que a passiva aceitação da emergência da Coreia do Norte como potência nuclear complicaria a tênue equação de equilíbrio, no contexto da denominada *deterrência estratégica*, inaugurando novos elementos de perigo de dificílima mensuração para a paz mundial.

É importante registrar, em tom de sublime advertência, que a crise norte-coreana constitui-se em uma formidável *oportunidade histórica* de se construir – se não propriamente uma nova ordem mundial, ao menos – uma renovada (e necessária) *repactuação* das relações internacionais, *reconhecendo* (em definitivo) a emergência econômico-militar da nova potência global chinesa (a segunda potência econômica e a terceira militar do planeta), *realocando*, no cenário global, a Rússia (segunda potência militar e uma das dez maiores economias do mundo), e *aceitando*, o relativo *ocaso* da Europa (leia-se, principalmente, França e Reino Unido) e, fundamentalmente, a decadência (ou mesmo o fim) dos postulados geopolíticos construídos no período pós-Segunda Guerra Mundial.

Por efeito consequente, o *dilema* que supostamente se apresenta não pode ingenuamente incluir, no presente momento, a hipótese de *não agir*, mas apenas a de *como agir*, seguindo, neste sentido, e sem mais espaços para a presença de verdadeiras *dissonâncias cognitivas*, os importantes – e sempre atuais – mandamentos do General *George Patton*, para quem *a passividade sempre foi, ao longo da história, uma prescrição para a derrota*.

Nada obstante, é fundamental assinalar – e expressamente pontuar – em tom de sublime advertência que, se os mencionados países são parte da elucidação do problema, faz-se necessário frisar que o Brasil é a chave (mestra) da solução derradeira e definitiva.

De todos os países do mundo, com toda a certeza, o Brasil é um dos mais qualificados a auxiliar o G3 (EUA, China e Rússia), bem como o Japão e a Coreia do Sul, na resolução da crise norte-coreana, por muitos motivos.

Em primeiro lugar, sua grande população (quinto mais populoso), dimensões continentais (quinto maior do mundo), grande economia (segunda maior entre os países emergentes), autossuficiência em recursos naturais, participação ativa em fóruns internacionais importantes, como BRICS, G20 e OMC, e coesão interna (inobstante a atual e momentânea crise política doméstica) são fatores que não somente habilitam, mas, obrigatoriamente, compulsam o Brasil a buscar uma participação maior nas questões de segurança global.

Acrescenta-se a isto que o Brasil possui excelentes relações diplomáticas com todas as partes envolvidas diretamente na crise coreana (EUA, China, Rússia, Japão, Coreia do Sul e Coreia do Norte), o que não é, convenhamos, pouca coisa. Muito pelo contrário, é uma credencial extraordinária que simplesmente não pode ser desconsiderada.

Os EUA foram o primeiro país a reconhecer tanto a Independência do Brasil em 1824, pondo em prática os princípios da sua Doutrina Monroe, quanto a sua Proclamação da República, em 1889. Já possuíam uma representação diplomática (Consulado) no Recife desde 1815 (primeira deste tipo no Hemisfério Sul).

A intensidade das relações atuais entre Brasil e EUA é demonstrada pelos mais de trinta mecanismos de diálogo, que abarcam temas como comércio, investimentos, energia, meio ambiente, educação, ciência, tecnologia e inovação, defesa, segurança e cooperação trilateral (em países como Haiti, Egito, Moçambique e Angola, contribuindo para seu desenvolvimento social e econômico).

Estabelecidas em 1974 pelo Pragmatismo Responsável de *Ernesto Geisel*, as relações diplomáticas entre Brasil e China têm evoluído de forma intensa, assumindo crescente complexidade. A cronologia recente do relacionamento demonstra a importância do diálogo bilateral, com destaque para a elevação das relações ao nível de *Parceria Estratégica Global*, em 2012.

O Brasil reconhece que a República Popular da China é o único governo legal da China e apoia a política de *uma só China* e os esforços pacíficos pela reunificação do território chinês, em conformidade com a resolução da ONU de 1971.

A China é o principal parceiro comercial do Brasil e ambos os países têm atuado conjuntamente em diversos mecanismos internacionais, como BRICS, G20 e BASIC, grupos que representam espaço de aproximação e discussão sobre diversos tópicos da agenda internacional, como economia, desenvolvimento e mudança do clima.

O Brasil foi o primeiro país da América do Sul com o qual a Rússia formalizou relações diplomáticas em 1828. Nos últimos anos, o relacionamento entre os dois países tem sido estreitado de maneira significativa por meio da realização de visitas de altas autoridades, do diálogo no âmbito multilateral (ONU, G20 e BRICS), do aumento do intercâmbio comercial e dos fluxos de investimentos e do aprofundamento da cooperação, especialmente em matéria aeroespacial e técnico-militar. Brasil e Rússia são *Parceiros Estratégicos e de Aliança Tecnológica*.

Brasil e Japão mantêm relações antigas e diversificadas: o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, por meio do qual foram estabelecidas as relações diplomáticas, data de 1895. A comunidade brasileira no Japão é a terceira maior do mundo (pouco mais de 173 mil brasileiros) e a comunidade nipodescendente no Brasil, fruto da imigração iniciada em 1908, com a chegada do navio *Kasato Maru*, alcança cerca de 1,6 milhão, a maior população de origem nipônica fora do Japão. Este vínculo humano é o principal patrimônio das relações, potencializando o diálogo e a cooperação entre os dois países.

Na esfera multilateral, Brasil e Japão são parceiros em favor da reforma da governança global, atuando no G4 – juntamente com Alemanha e Índia – em defesa da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Brasil foi o primeiro país latino-americano e o oitavo do mundo a reconhecer oficialmente a Coreia do Sul, com quem tem relações diplomáticas desde 1959. As relações atuais entre os países distinguem-se, sobretudo, pela ampliação dos investimentos sul-coreanos no Brasil (o Brasil é o maior parceiro comercial da Coreia do Sul na América Latina), pela intensificação da cooperação acadêmica – em especial no âmbito do programa *Ciência Sem Fronteiras* – pelas perspectivas favoráveis na cooperação em ciência, tecnologia e inovação, pelo crescimento dos fluxos bilaterais de comércio e pelas consolidadas relações diplomático-militares, representadas pelos intercâmbios de militares.

Após o restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Coreia do Norte em 2001, o Brasil recebeu uma Embaixada norte-coreana em 2005 e, em 2009, instalou a Embaixada brasileira em Pyongyang, sendo o único país latino-americano com embaixadas residentes nas duas Coreias. Além disto, realizou três iniciativas de ajuda humanitária ao país (em abril de 2010, doação pecuniária, no valor de US$ 200 mil; em dezembro de 2011, doação de 16,5 mil toneladas de milho; e entre abril e maio de 2012, doação de 4.600 toneladas de feijão) e vem prestando cooperação técnica em agricultura, especialmente no cultivo da soja pela EMBRAPA.

Quando do lançamento de foguete norte-coreano (dezembro de 2012) e da realização de testes nucleares (fevereiro de 2013, maio de 2009 e outubro de 2006), o Brasil manifestou-se pública e oficialmente em favor do *desarmamento* e da *não proliferação* de armas de destruição em massa, conclamando a Coreia do Norte a cumprir plenamente todas as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU e contribuir ativamente para criar as condições necessárias à retomada das negociações voltadas a assegurar a paz e a segurança na Península, mas sem nunca, igualmente, deixar de reconhecer a autoridade legítima do governo norte-coreano, o que o situa como um dos pouquíssimos países absolutamente neutros e desprovidos de qualquer interesse político, econômico ou militar, exceto a paz mundial, na qualidade de nação pacífica, reconhecida à unanimidade, por todos os povos habitantes do planeta.

O Brasil participou com extraordinário sucesso em mais de 50 operações de paz e similares, tendo contribuído com mais de 33.000 militares, policiais e civis. Atualmente, lidera a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti e integra outras oito missões de paz da ONU.

O Brasil, portanto, está sendo chamado à arena e não pode se recusar a desempenhar este papel histórico, pois é também sua responsabilidade envidar todos os esforços necessários para manter a paz e a estabilidade internacionais.

A frágil ordem global, mais uma vez, clama por uma participação mais ativa de nossa nação, pois necessita urgentemente daquilo que o General *Carlos Meira Mattos*, comandante da Brigada Latino-Americana na intervenção da OEA na República Dominicana, chamava de histórica vocação pacifista do povo brasileiro, amplamente reconhecida, independente de meridianos e paralelos.

Com todas estas credenciais, nem mesmo a grave crise econômica e política pela qual o Brasil passa pode servir de justificativa para deixarmos de assumir o papel protagonista que o mundo nos reservou e espera (sinceramente) que venhamos, definitivamente, ocupar.

Dessa maneira, julgamos, em última análise, que o Brasil tem autoridade para se apresentar como um interlocutor qualificado na mediação de um acordo entre os países do G3 (EUA, China e Rússia), o Japão, a Coreia do Sul e a Coreia do Norte, com grande chance de sucesso, projetando ainda mais o nosso país nas relações internacionais.

Nesse sentido, uma excelente oportunidade, por conta da gravidade e urgência do problema, a fim de o Brasil se colocar à disposição para desempenhar este papel, seria a IX Cúpula de Líderes do BRICS, em Xiamen, na China, entre os dias 3 a 5 de setembro de 2017 ■

ORIENTE MÉDIO

UM PREOCUPANTE IMBRÓGLIO GEOPOLÍTICO

Manuel Cambeses Júnior
Cel Av
Membro emérito do IGHMB, membro da AHIMTB, pesquisador associado do CEPHiMEx e conselheiro do INCAER.
mcambesesjr@gmail.com

No tropel dos impactantes acontecimentos que ocorrem no dia a dia do acontecer mundial, por vezes não damos a devida importância a temas que merecem profunda reflexão e que são vitais para o equilíbrio do poder mundial, com inevitáveis reflexos em nosso país.

Queiramos ou não, o que vem ocorrendo atualmente no Iraque e na Síria está diretamente vinculado ao nosso futuro principalmente pelo fio condutor do petróleo. Lembremo-nos que a região do planeta onde mais se produz hidrocarbonetos é o Golfo Pérsico, e tudo que ali ocorre tem uma influência determinante nos mercados petroleiros, em nível mundial. Para agravar ainda mais a situação, aquela região é frequentemente castigada por persistentes ações terroristas e irreconciliáveis fricções geopolíticas que conduzem, inexoravelmente, a uma contumaz violência endêmica que, lamentavelmente, parece estar predeterminada nos genes de seus habitantes.

Os atuais acontecimentos que assolam a região têm sua origem em temas que se vinculam às três grandes religiões de cunho monoteísta: cristianismo, judaísmo e islamismo, cujas origens remontam a épocas bíblicas e a feitos transcendentais do passado, *extraídos desde o Êxodo até o Holocausto*, tal como afirmou, em impactante discurso, o então presidente estadunidense Ronald Reagan.

*É de fundamental importância nos remetermos ao passado, a aproximadamente 1500 anos na História, para poder entender o que agora vem ocorrendo no Oriente Médio. No ano 570 d.*C., nasce, em Meca, o Profeta Maomé. O Arcanjo São Gabriel lhe revela, de forma milagrosa, uma nova religião, o Islã, cujos princípios estão definitivamente explicitados no livro sagrado intitulado *Corão*. A partir daí, esta religião passaria a ter uma influência fundamental na História da Humanidade.

Maomé faleceu no ano 632 d.C. sem deixar nenhum sucessor, já que não possuía filhos do sexo masculino. Entretanto sua filha Fátima se casa com um primo chamado Ali, que não tinha direito à sucessão por não ser descendente varão do Profeta.

Os primeiros Califas que sucederam Maomé – Abu Beckr e Umar – pertenciam à tribo dos Quaraish, provenientes da antiga aristocracia de Meca. Umar foi assassinado derramando o seu sangue sobre o sagrado *Corão*.

A partir daí se inicia uma sangrenta guerra pela sucessão do Profeta. Finalmente, Ali – genro de Maomé e esposo de sua filha Fátima – cai também assassinado no ano 661 d.C.. Seu filho Hussein, neto de Maomé, reclama para si o Califado. Seu adversário era Yezeed, filho de Muawija, que havia sido o mais amargo antagonista do Profeta.

A caminho de Damasco, que à época era a capital do Califado, Hussein foi emboscado e assassinado por 4.000 homens que estavam a serviço de Yezeed.

A partir desse momento se formam duas atuantes facções dentro do Islã. Os defensores dos direitos de Hussein, que passaram a se denominar shií (xiitas), e os defensores dos direitos de Yazeed, que passaram a se chamar de sunnis (sunitas). Desde então, xiitas e sunitas não pararam de cultivar um ódio secular. Em realidade, o derramamento de sangue entre eles nunca foi interrompido.

Bem, agora façamos uma pausa para interromper o curso da antiga História e retornarmos ao s*éculo XXI. Retomemos o nosso relato 1331 anos mais tarde, em 2014.* Encontramo-nos agora no Iraque e, para nossa surpresa, os mesmos incontidos ódios e frequentes derramamentos de sangue continuam entre aqueles homens, tal como se no dia anterior tivesse ocorrido o assassinato de Hussein. Desde então têm ocorrido muitas coisas no mundo, porém os ódios ancestrais entre xiitas e sunitas lamentavelmente seguem sendo os mesmos.

Geralmente os sunitas são ligados às populações das monarquias teocráticas, como Emirados Árabes, Qatar, Arábia Saudita etc. Os xiitas, ao contrário, constituem 95% da população do Irã e 55% do Iraque.

Os sunitas costumam ser os mais radicais, os que defendem o legado de Osama Bin Laden e do grupo terrorista Al Qaeda, e que agora se rebelaram no Iraque e acabam de declarar a criação de um Califado Islâmico que engloba boa parte do território do país mesopotâmico. Também são os mesmos que estão enfrentando, na Síria, a ditadura de Bashar al Assad.

Os norte-americanos, depois de terem retirado suas forças militares do Iraque, não encontram meios para reagir efetivamente à nefasta ação dessa instituição de alto grau de fundamentalismo sunita, que degola ocidentais e extermina implacavelmente inimigos, inclusive muçulmanos de outras vertentes do Islã. Para surpresa geral, tudo indica que estão recorrendo a seu arqui-inimigo Irã – cujo governo reivindica o legado deixado pelo Ayatollah Kohmeini – para tratar de restabelecer a ordem na região. Recordemos que faz pouco tempo o governo iraniano era acusado de estar desenvolvendo armamento nuclear e, consequentemente, colocando em risco o equilíbrio do poder mundial.

Diante deste instigante e curioso cenário, somos levados a crer que a geografia política da região está correndo sério risco. Não se trata somente da criação do temido Califado Islâmico, mas, também, de boa parte da população do Iraque, os curdos – que embora sunitas, são de origem turca e não árabe – que há muitos anos reivindicam a criação de um Curdistão independente. Se isto chegar a ocorrer a Turquia ver-se-*á seriamente ameaçada, já que os curdos constituem uma parcela significativa de sua população.*

Para complicar ainda mais esse tremendo imbróglio geopolítico, na vizinhança de todos esses países está Israel, o único país da região dotado de armamento nuclear e a quem muitos árabes aspiram, ardentemente, apagar do mapa do Oriente Médio.

Diante deste cenário altamente complexo e preocupante, identificamos, na atualidade, o Califado Islâmico como elemento complicador e desestabilizador na geopolítica do Oriente Médio e, consequentemente, altamente influente no equilíbrio do poder mundial ■

Ricardo Vélez Rodríguez
Docente da Universidade Positivo e da Faculdade Arthur Thomas (Londrina)
rive2001@gmail.com

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Um século. Mais de cem milhões de mortos pelo mundo afora em nome da Revolução que prometia mudar a face da Terra. Purgas sanguinolentas no país de origem, a Rússia, efetivadas sem dó pelos herdeiros bolcheviques do antigo Império dos czares. Esperança de libertação que, como a emergente da Revolução Francesa, passou, a partir da Revolução Russa, a se espalhar pelo mundo afora como estrela de esperança, mas que terminou após 60 anos de domínio totalitário sobre a sociedade, desabando como castelo de cartas. Não foi disparado um tiro no grande movimento insurrecional que, em 89, percorreu o Império Soviético, dando fim a um modelo de poder unipessoal que pretendeu se tornar eterno. O Império Bolchevique morreu de dentro para fora, como diz Ortega, que fenecem os Mitos.

Vale a pena indagar por algumas das variáveis essenciais desse importante movimento revolucionário. Uma das notas dessa revolução foi a determinação inabalável dos seus líderes, notadamente de Lenine. *Temos diante de nós - frisava o líder dos bolcheviques em dezembro de 1900, no primeiro número do panfleto* ***Faísca*** *a força inimiga em toda a sua plenitude, atacando e eliminando os nossos melhores elementos. Nós devemos tomar este poder e nós o tomaremos (...).* (*apud* NENAROKOV, A. 1917 – A Revolução mês a Mês. (Trad. de S. Victorovna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 4). Foi exatamente o que aconteceu 17 anos depois.

Desenvolverei, sem maior espírito de sistema, algumas características que me parecem essenciais ao ensejo da comemoração dos 100 anos da Revolução de Outubro. As variáveis que explanarei neste comentário são as seguintes: (1) Tocqueville e as revoluções religiosas. (2) O despotismo hidráulico na versão russa: um Patrimonialismo expansionista. (3) Da ditadura do proletariado a uma ditadura sobre o proletariado. (4) As revoluções e os seus panfletários: Lenine, panfletário da Revolução de Outubro. (5) A escatologia do Império: *O Lamaçal*. (6) Conclusão: A doença das revoluções comunistas consiste no primado do bem particular da Nomenclatura sobre o resto.

Tocqueville e as revoluções religiosas

O grande pensador francês, observador sistemático da evolução das sociedades rumo ao movimento democrático, na primeira metade do século XIX, frisava que duas sociedades dominariam o mundo no século XX: a americana e a russa. Isso em decorrência de serem as duas grandes experiências democráticas, que se consolidavam no século XIX e que eclodiriam como as grandes potências do século seguinte.

Com ares proféticos, frisava o escritor, no final do primeiro volume de **A Democracia na América**: *Existem hoje, sobre a Terra, dois grandes povos que, tendo partido de pontos diferentes, parecem adiantar-se para o mesmo fim: são os russos e os anglo-americanos. Ambos cresceram na obscuridade; e, enquanto os olhares dos homens estavam ocupados noutras partes, colocaram-se de improviso na primeira fila entre as nações e o mundo se deu conta, quase ao mesmo tempo, do seu nascimento e da sua grandeza. Todos os outros povos parecem ter chegado mais ou menos aos limites traçados pela natureza, nada mais lhes restando senão manter-se onde se acham; mas aqueles estão em crescimento; todos os outros se detiveram, ou só avançam a poder de mil esforços; apenas eles marcham a passo fácil e rápido, numa carreira cujos limites o olhar não poderia perceber ainda. O americano luta contra os obstáculos que a natureza lhe opõe; o russo está em luta com os homens. Um combate o deserto e a barbárie, o outro, a civilização com todas as suas armas; por isso, as conquistas do americano se firmam com o arado do lavrador, as do russo com a espada do soldado. Para atingir a sua meta, o primeiro apoia-se no interesse pessoal e deixa agir, sem dirigi-las, a força e a razão dos indivíduos. O segundo concentra num homem, de certa forma, todo o poder da sociedade. Um tem por principal meio de ação a liberdade; o outro, a servidão. O seu ponto de partida é diferente, os seus caminhos são diversos; não obstante, cada um deles parece convocado, por um desígnio secreto da Providência, a deter nas mãos, um dia, os destinos da metade do mundo*. (TOCQUEVILLE, **A democracia na América**, tradução, prefácio e notas de Neil Ribeiro da Silva, 2ª edição brasileira, Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de S. Paulo, 1977, p. 315-316).

Essa visão prospectiva que Tocqueville tinha de americanos e russos cruza-se com outra, decorrente do papel desempenhado pela Religião Cristã em ambas as Nações. Nos Estados Unidos, vingou uma versão individualista da Religião Cristã, decorrente do fato de que os *Pilgrim Brothers*, os primeiros ocupantes da América, provêm de diversos países europeus, animados por uma versão pietista aberta à ética do trabalho, à livre iniciativa e à constituição de instituições democráticas, enquanto os russos sempre foram caudatários de uma versão do Cristianismo apropriada pelo

Estado com fins salvíficos, ao ensejo da incorporação da variável religiosa como parte da herança dos czares, que a partir da teologia de Filofei de Pskov (o teólogo de Ivan IV, o Terrível) erguiam-se como os representantes de Deus na Terra, encarregados de estabelecer a Terceira Roma (Moscou), em face da queda dos dois primeiros centros do Cristianismo: Roma e Bizâncio. Moscou, a Terceira Roma, garantiria a salvação universal do Gênero Humano. Ora, por força dessa herança, os russos ficaram abertos à ideia de uma Revolução Religiosa Salvadora, semelhante à Religião Civil rousseauniana que inspirou a Revolução Francesa.

Sobre a religião proposta por Rousseau construiu-se a ação salvífica dos puros (alheios aos interesses individuais e totalmente identificados com o interesse público), que segundo a doutrina do filósofo de Genebra constituiriam o Comitê de Salvação Pública que garantiria a depuração da sociedade civil, extirpando dela qualquer resquício de egoísmo. Ora, a Revolução Francesa foi filha legítima dessa versão de Religião Civil rousseauniana e a sua força radicou, propriamente, nesse caráter universal que carregam consigo as Revoluções Religiosas: prometia, efetivamente, a criação do Homem Novo. Algo semelhante ao que apregoavam os propagandistas da Revolução de Outubro: a libertação definitiva das massas oprimidas, mediante a destruição da ordem antiga, conclamando os neófitos a cerrarem fileiras atrás dos bolcheviques, os pregoeiros da Nova Era. Marx, aliás, já tinha antevisto essa meta messiânica universalista ao proclamar, juntamente com Engels, no Manifesto de 1848, o novo imperativo salvífico: *Proletários do Mundo, uni-vos!*

Tocqueville novamente anteviu o poder devastador das Revoluções Religiosas e daquelas inspiradas nestas. Na sua obra **O Antigo Regime e a Revolução** (3ª edição brasileira, apresentação de Z. Barbu; introdução de J. P. Mayer; tradução de Y. Jean. Brasília: Ed. da UNB/São Paulo: Hucitec, 1989, p. 59-61), o pensador francês escreve, no início do capítulo III: *De como a Revolução Francesa foi uma revolução política que se processou* à *maneira das revoluções religiosas e por quê. Todas as revoluções civis e políticas tiveram uma pátria e nela se fecharam. A Revolução Francesa não teve um território próprio, mais do que isso, teve por efeito por assim dizer apagar do mapa todas as antigas fronteiras. Aproximou ou dividiu os homens a respeito das leis, das tradições, dos caracteres, da língua, transformando, às vezes, compatriotas em inimigos e irmãos em estranhos, ou melhor, formando acima de todas as nacionalidades uma pátria intelectual comum, da qual os homens de todas as nações podiam tornar-se cidadãos. (...) A Revolução Francesa é, portanto, uma revolução política que operou à maneira de uma revolução religiosa e tomou alguns de seus aspectos. Vejam quais os traços particulares e característicos que completam a semelhança: não somente expande-se para longe, mas, também,* lá penetra através da pregação e da propaganda. Uma revolução política inspirando o proselitismo! Uma revolução política que se prega com o mesmo ardor e a mesma paixão aos estrangeiros quanto em casa! Que espetáculo inédito! Entre todas as coisas desconhecidas que a

Revolução Francesa mostrou ao mundo, esta é sem dúvida a mais nova. E não paremos aqui: tentemos penetrar um pouco mais fundo e descobrir se esta semelhança nos efeitos não seria oriunda de alguma semelhança escondida nas causas.

E conclui assim o escritor francês: *O caráter habitual das religiões é considerar o homem em si, sem prestar atenção naquilo que as leis, os costumes e as tradições do país juntaram especificamente a este fundo comum. Sua finalidade principal é determinar as relações gerais do homem com Deus, os direitos e deveres gerais dos homens entre eles, independentemente da forma da sociedade. As regras de conduta que indicam não se relacionam tanto com o homem de um país ou de uma época, quanto com o filho, o pai, o servidor, o amo, o próximo. Assentando desta maneira seus alicerces na própria natureza humana, podem ser aceitas por todos os homens e aplicadas por toda parte. Disto provém o fato que as revoluções religiosas tiveram tantas vezes um palco tão amplo e raramente se fecharam como as revoluções políticas no território de um só povo, nem até mesmo de uma só raça. Se quisermos examinar este assunto de mais perto, veremos que, à medida que este caráter abstrato e geral, que acabo de indicar, vai impregnando uma religião, esta mais se expande, não obstante as diferenças das leis, dos climas e dos homens. (...) Existem tempos nos quais os homens são tão diferentes uns dos outros, que a própria ideia de uma mesma lei aplicável a todos lhes é incompreensível. Existem outros tempos quando basta mostrar-lhes, de longe e confusamente, a imagem de uma lei, para que a entendam imediatamente e corram ao seu encontro. O mais extraordinário não é que a Revolução Francesa tenha empregado os processos que a vimos aplicar e concebido as ideias que produziu: a grande novidade é que tantos povos tenham chegado a um ponto em que tais procedimentos pudessem ser empregados com eficácia e tais máximas, admitidas com facilidade*.

Tivesse assistido à Revolução de Outubro de 1917, Tocqueville aplicaria a esta as mesmas palavras com que se referiu ao caráter salvífico da Revolução Francesa. Ambas, afinal de contas, eram filhas da Religião Civil rousseauniana.

O despotismo hidráulico na versão russa: um Patrimonialismo expansionista

O Império Czarista, notadamente ao longo dos três séculos de duração da Dinastia Románov, se revelou como uma grande máquina expansionista. Simon Sebag Montefiori, no seu clássico livro intitulado **Os Románov** – *1613-1918*, (1ª edição brasileira, tradução de C. Carina, D. Bottmann, D.M. Garschagen, R. Guerra e R. W. Galindo, São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 19) escreve: *Era difícil ser tzar. A Rússia não é um país fácil de governar. Vinte soberanos da dinastia dos Románov reinaram por 304 anos, de 1613 até a derrubada do regime tzarista pela Revolução de 1917. Sua ascensão começou no reinado de Ivan, o Terrível, e terminou na época de Raspútin. Cronistas românticos da tragédia do último tzar gostam de sugerir que a família era amaldiçoada, mas na verdade a dinastia dos Románov está entre os mais espetaculares e bem sucedidos construtores de império desde os mongóis. Estima-se que o Império Russo aumentou cerca de 140 quilômetros por dia depois que os Románov chegaram ao trono, em 1613, ou mais de 520 mil quilômetros quadrados por ano. No final do século XIX, eles governavam um sexto da superfície da Terra – e continuavam em expansão. A construção de impérios estava no sangue dos Románov*.

Todo esse poder expansionista decorria da máquina de guerra que os czares montaram e que estava integrada, quase na sua totalidade, por jovens camponeses comandados por uma minúscula e fiel nobreza ungida burocraticamente com *cargos tshin*, ou seja, por nomeação pessoal do czar, com a preocupação estratégica voltada para o alargamento e a manutenção das fronteiras (cf. o meu livro **Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado brasileiro**. Prefácio de A. Paim. Londrina: UEL, 1997, cap. 1 p. 14-25). Entretanto essa eficácia bélica e de conquista era expressão da alma oceânica do povo russo, sensível e brutal ao mesmo tempo. Caracterizada de um golpe de vista, a alma russa tem tintes macondianos, como os que García Márquez encontra nos ditadores que tão magistralmente descreve na sua mágica narrativa.

A Rússia, segundo Antônio Paim, recebeu uma dupla herança do denominado *despotismo asiático*: a proveniente de Bizâncio e a decorrente da dominação mongólica. Efetivamente, conforme escreve o citado autor, a Rússia (...) *esteve submetida a dois tipos de influência despótica estruturada segundo o modelo estudado por Wittfogel: bizantina e mongol. Disso resulta uma circunstância que em geral se perde de vista: a concentração do poder total em mãos da burocracia czarista. É interessante passar em revista os fatos alinhados por Wittfogel para depois tentar descobrir em que teria inovado a burocracia soviética. Na Rússia pós-mongol, isto é, depois do término da ocupação mongol, no século XVI, manteve-se intacta a estrutura do Estado absoluto, até a revolução de fevereiro de 1917, em que pese haja sido o país submetido a sucessivas invasões. A isto o autor denomina de extraordinária capacidade de sobrevivência da burocracia czarista. Cumpre lembrar que em toda a sua história, o Parlamento funcionou apenas pouco mais de um lustro, no período imediatamente anterior à primeira guerra mundial. A exemplo dos estados despóticos originários das sociedades hidráulicas, a burocracia detinha simultaneamente o poder político e o poder econômico*. (PAIM, Antônio, **A querela do estatismo - A natureza dos sistemas econômicos**, 2ª edição revisada e acrescida, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994, p. 30. Paim faz referência à obra de Karl WITTFOGEL, intitulada **Despotismo oriental. cf. Le despotisme oriental: étude comparative du pouvoir total**, tradução francesa de Micheline Pouteau, Paris: Minuit, 1977).

Eis como Montefiore descreve a alma russa: *Os Románov habitam um mundo de rivalidades familiares, ambições imperiais, fascínio sinistro, excessos sexuais, sadismo e depravação; é um mundo em que desconhecidos obscuros de repente se afirmam monarcas mortos renascidos, noivas são envenenadas, pais torturam filhos até a morte, filhos matam pais, mulheres assassinam maridos, um homem santo, depois de baleado e envenenado, volta, segundo consta, dos mortos, barbeiros e camponeses chegam ao poder supremo, gigantes e aberrações são colecionados, anões são arremessados, cabeças decapitadas são beijadas, línguas são extraídas, a pele é arrancada a chibatadas do corpo, ânus são empalados, crianças são massacradas; há ainda imperatrizes ninfomaníacas obcecadas pela moda, lésbicas envolvidas em ménages à trois e um imperador que produziu a mais erótica correspondência jamais escrita por um chefe de Estado. Mas é também um império construído por conquistadores obstinados e estadistas brilhantes que subjugaram a Sibéria e a Ucrânia, tomaram Berlim e Paris e produziram Púchkin, Tolstói, Tchaikóvski e Dostoiévski; uma civilização de alta cultura e sofisticada beleza*. (MONTEFIORE, **Os Románov**, ob. cit., p. 20).

Ora, essa alma gigantesca e contraditória dava vida a um corpo político concretizado na substância do Estado Patrimonial russo. Qual seria a característica marcante desse grande esquema de dominação e privatização do poder por parte dos czares? Montefiore frisa a respeito: *A essência do tzarismo foi a projeção da majestade e da força. (...) Para os Románov, a arte da sobrevivência era baseada no equilíbrio dos clãs, de interesses e personalidades que refletiam ao mesmo tempo uma minúscula corte e um império gigantesco. Os imperadores precisavam manter o apoio do Exército, da nobreza e da administração. Se perdessem os três, o mais provável é que fossem depostos - e, numa aristocracia, geralmente isso significa a morte. Além de jogarem o jogo letal da política, os soberanos tinham de transmitir uma autoridade visceral. Um tzar eficiente podia ser duro, desde que fosse duro de forma coerente. Governantes não costumam ser mortos pela brutalidade, mas pela incoerência. E os tzares tinham de inspirar confiança e respeito em seus cortesãos e uma reverência sagrada entre os camponeses, 90% de seus súditos, que os viam como "paizinhos". Esperava-se que fossem severos com seus funcionários, porém bondosos com os "filhos" camponeses: O "tzar é bom", diziam os camponeses, os "nobres são malvados"*. (MONTEFIORE, **Os Románov**, p. 21-22).

Para este autor, tudo na misteriosa trama do poder patrimonialista russo dependia da habilidade do czar de turno para misturar, em doses milimétricas, o perigoso coquetel de público e privado, de forma a manter incólume o pano de mistério e surpresa que encobria as decisões imperiais. O citado autor frisa, a respeito: *Se o desafio de governar a Rússia sempre foi assustador, o poder do autocrata só poderia mesmo ser exercido por um gênio – e esses gênios são muito raros na maioria das famílias. O preço do fracasso era a morte. "O governo da Rússia é uma autocracia acompanhada por estrangulamentos", ironizou a escritora francesa Madame de Staël. Era um trabalho perigoso. Seis dos doze tzares foram assassinados - dois por asfixia, um com uma adaga, um com dinamite, dois à bala. Na catástrofe final de 1918, dezoito Románov foram mortos. Raramente um cálice foi tão pródigo e tão venenoso. (...) É irônico que agora, dois séculos depois de os Románov finalmente concordarem com uma lei de sucessão, os presidentes russos continuem designando seus sucessores da mesma forma que fazia Pedro, o Grande. Seja com uma entrega suave ou uma transição desesperada, são esses momentos de extrema tensão, quando necessidades existenciais exigem o emprego de todas as reservas de engenhosidade e a avaliação de todas as intrigas, que revelam os fundamentos do poder. A essência do tzarismo foi a projeção da majestade e da força. (...) Para os Románov, a arte da sobrevivência era baseada no equilíbrio dos clãs, de interesses e personalidades que refletiam ao mesmo tempo uma minúscula corte e um império gigantesco. (...). Tzares inteligentes entenderam que não havia divisão entre sua vida pública e privada. A vida pessoal, exercida na corte, era inevitavelmente uma extensão da política: "Seu destino", escreveu o historiador romano Díon* Cássio sobre Augusto, "é viver como num teatro cuja *plateia é o mundo inteiro". Mas mesmo sobre esse palco, as verdadeiras tomadas de decisão eram sempre dissimuladas, misteriosas e moldadas pelos caprichos íntimos do governante (como ainda são no Kremlin de hoje). É impossível entender Pedro, o Grande, sem analisar seus anões nus e papas falsos ostentando brinquedos sexuais tanto quanto suas reformas de governo e sua política externa. Ainda que excêntrico, o sistema funcionava, e os mais talentosos ascendiam a altas posições (...).* (MONTEFIORE, *Os Románov*, p. 21; 23).

Misturando, no exercício do poder total patrimonialista, as dimensões temporal e espiritual – fato que se consolida no império de Pedro, o Grande – o fator legitimador era, ao mesmo tempo, tradicional e carismático. A propósito, escreve Montefiore: *(...) Cada tsar tinha ao mesmo tempo de ser ditador e generalíssimo, alto sacerdote e "paizinho", e para realizar essa façanha eles precisavam ter todas as qualidades relacionadas pelo sociólogo Max Weber: o "dom da graça", a "virtude da legalidade" e a "autoridade do eterno ontem". Em outras palavras, magnetismo, legitimidade e tradição. E, além de tudo isso, precisavam ser* sábios e eficientes. Respeito e temor eram essenciais: na política, o ridículo é quase tão perigoso quanto a derrota. (MONTEFIORE, **Os Románov**, p. 23-24). Só não valia a prática do governo representativo, que daria à sociedade parcela do poder. Os autocratas russos preservaram a índole do poder hidráulico único herdado da dominação mongólica.

Nesse contexto de poder total, somente um ser quase divino seria capaz de carregar sobre si o enorme fardo do poder centralizado, único e indivisível. *Os que acreditavam na autocracia russa – frisa Montefiore – estavam convencidos de que só um indivíduo todo-poderoso e abençoado por Deus poderia projetar a majestade fulgurante necessária para conduzir e intimidar esse império multinacional e administrar os intrincados interesses de tão grande Estado. Ao mesmo tempo, o soberano tinha de personificar a sagrada missão do cristianismo ortodoxo e conferir significado ao lugar especial da nação russa na história do mundo. Como nenhum homem ou mulher poderia realizar essas tarefas sozinho, a arte de delegar era uma habilidade essencial. O mais tirânico dos Románov, Pedro, o Grande, era magnífico em encontrar e nomear servidores talentosos de toda a Europa, a despeito de classe ou raça (...).* (MONTEFIORE, **Os Románov**, p. 25). Tratava-se, em termos weberianos, de uma notável capacidade de cooptação ao redor do centro do poder.

Da ditadura do proletariado a uma ditadura sobre o proletariado

Marx e os bolcheviques apregoavam uma *ditadura do proletariado*, a fim de estabelecer o regime que redimiria todos das injustiças terrenas: o comunismo. O que de fato ocorreu, porém, foi o estabelecimento, pelos revolucionários russos, notadamente por Lenine e Trotski, de uma ditadura do aparelho revolucionário sobre os proletários russos e sobre o resto da antiga sociedade dominada pelos czares. Esse desvio foi reforçado pela longa e sanguinolenta ditadura stalinista. Marx não acreditava na implantação do socialismo pela via democrática das eleições e do amadurecimento de partidos ligados aos sindicatos. A sua briga com Lasalle (que dirigiu o socialismo democrático na Alemanha) e com os socialistas franceses, foi efeito da sua decisão em prol de um socialismo messiânico e autocrático. Diríamos que, perante o mal do estatismo czarista, os bolcheviques imaginaram outro estatismo, o comunista. Nada mudaria na figura do Estado paternalista. Mudaram apenas os donos do poder. Entretanto a liturgia absolutista tornou-se culto totalitário à cúpula dos novos czares. A isso ficou resumida a grande aventura bolchevique. Sangue demais para mudanças de menos! Dessa forma, enquanto na Alemanha e nos países ocidentais da Europa apareciam formas variadas de social-democracia (e a maior contribuição nesse terreno foi dada, na Alemanha, por Edward Bernstein), firmava-se na União Soviética uma forma de totalitarismo, e se consolidava, como frisou Milovan Djilas, o domínio totalitário de uma *nova classe*, a dos burocratas do partido comunista ao redor dos seus líderes. Para o público brasileiro é de muita utilidade a leitura da obra de Antônio Paim, intitulada **Marxismo e Descendência** (Campinas: Vide Editorial, 2009), que constitui a melhor síntese publicada no Brasil da forma com que os bolcheviques conquistaram o poder na trilha de uma proposta totalitária.

Lenine foi o homem que elaborou a proposta de passagem do autocratismo russo para o autocratismo comunista. Stalin fez desse autocratismo um modelo direto de totalitarismo, com utilização sistemática da máquina do Estado para exterminar qualquer oposição e para converter a indústria russa numa espetacular máquina de guerra, mas o fundamental trabalho de Lenine foi aplainar o caminho para a pregação do marxismo ao povo russo, traduzindo os conceitos complicados emergentes do hegelianismo em fórmulas práticas. O pai de Lenine tinha sido conselheiro do czar para assuntos ligados aos camponeses. Quando sai da longa prisão a que o governo czarista o condenou em Samara, Lenine assume as funções de pedagogo da revolução, dando seguimento peculiar à vocação do pai, professor primário de profissão. *Vladimir libertado – frisa Edmund Wilson – torna-se Lenine. O filho do conselheiro de Estado abdica de sua identidade social, assume o caráter anti-social de conspirador; e, ao adquirir a visão marxista, perde até certo ponto a identidade do russo, passando a se ocupar com linhas de força que reduzem as fronteiras internacionais a simples convenções e que se estendem por todo o mundo dos homens*. (WILSON, Edmund. **Rumo à Estação Finlândia – Escritores e atores da História**, tradução de P. H. Britto, São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 350).

As revoluções e os seus panfletários: Lenine, panfletário da Revolução de Outubro

Em Ciência Política tornou-se corriqueira a distinção entre três tipos de documentos, em ordem descendente de abstração: tratado de Filosofia Política, manual de Ciência Política e Panfleto. O primeiro corresponderia à reflexão sobre o poder desde o ângulo mais radical possível, a condição ontológica do homem. O segundo seria uma abordagem do fenômeno político, do ângulo das suas causas no jogo do poder. O terceiro seria, apenas, a exposição sucinta da causa imediata que desata o nó gordiano do movimento revolucionário, e que corresponde ao Panfleto, que é uma espécie de *flash* do momento da conturbação na seara do poder.

Ora, toda revolução tem o seu panfletário de plantão. Da Revolução Gloriosa inglesa, o grande panfletário foi o genial John Locke, que sintetizou admiravelmente as reivindicações dos *whigs* que desmontaram o absolutismo e conduziram à formulação da monarquia constitucional e do governo representativo em 1688. As reivindicações básicas dos revolucionários ingleses foram publicadas, um ano após a consolidação do novo regime, na obra de Locke intitulada **Dois Tratados sobre o Governo Civil** (1689). Da Revolução Americana de 1776, foram panfletários, primeiro, Thomas Paine, com o seu livrinho **Senso Comum** e, depois, os constitucionalistas de Filadélfia, que explicaram ao grande público a nova ordem surgida do movimento revolucionário e que ficou conhecida com o título de **O Federalista**. Da Revolução Francesa de 1789 o panfletário notável foi o abade Sieyès, com a sua obrinha **O que é o Terceiro Estado?**. Divulgado o Panfleto pela imprensa, os revolucionários partiram para a tomada da prisão de La Bastilha, ato que simbolizou o início da grande revolução burguesa. Da Revolução Bolchevique de Outubro de 1917, o grande panfletário foi Vladimir Illich Ulianov, Lenine, com o Panfleto **O Estado e a Revolução**. A característica de todos esses documentos é que falam uma linguagem compreensível pelo grande público e que incitam à ação imediata ou à adoção de medidas que garantam a conquista atingida pelo movimento revolucionário, como no caso norte-americano.

No caso do panfletário Lenine, foi essencial o seu estilo conciso, rápido como o relâmpago e sonoro como a trovoada. É assim como Edmund Wilson caracteriza o estilo do notável agitador e propagandista. A respeito, escreve Edmund Wilson: *(...) Afirma D. S. Mirsky: "Ele é talvez o único escritor revolucionário que nunca disse mais do que quis dizer". É impessoal, seco e duro; tem o dom de resumir o que quer dizer em epítetos e slogans que ficam na memória. Os russos afirmam que o seu entusiasmo pelo latim desde criança influenciou seu estilo literário; e é verdade que ele soube aproveitar bem a concisão permitida pelo russo, língua altamente flexionada. Porém seus escritos polêmicos são repetitivos, e suas invectivas marxistas são um tanto rígidas; há em seu texto um quê de desajeitado que não se encontra nem mesmo nos rompantes bizantinos de Marx. A questão é muito simples: os métodos adotados por Lenine são simplesmente os mais adequados para atingir seus objetivos, expressar seus argumentos. "Sua correspondência com seus associados mais íntimos", afirma Trotski, era expressa "em linguagem telegráfica. (...) As explicações complicadas eram substituídas por palavras isoladas sublinhadas duas ou três vezes, pontos de exclamação adicionais, etc." O que dá força a seus escritos é simplesmente a solidez, o vigor que neles se manifestam. Para fazer uma ideia precisa da bagagem intelectual de Lenine, provavelmente seria necessário tê-lo ouvido falar. Segundo Gorki, os discursos de Lenine sempre lhe davam a impressão de um "brilho frio de raspas de aço", do qual "emanava, com uma simplicidade surpreendente, a forma perfeita da verdade". Porém essa verdade é sempre a verdade de alguma situação específica que Lenine quer propor aos seus ouvintes.* (WILSON, Edmund. **Rumo à Estação Finlândia**, ob. cit., p. 359).

A escatologia do Império: 'O Lamaçal'

O *Lamaçal* ou *Mar de Lama* como dizemos no Brasil, foi a expressão com que os russos denominaram o Estado da União Soviética às vésperas da queda do Império comunista. Tudo virou, graças à complicada e corrupta nomenclatura, um enorme mar de lama. Uma situação semelhante à que se apreende no Brasil após o ciclo de 14 anos de desmandos lulopetistas.

Os agitadores da estrelinha vermelha (bolcheviques ou petistas) conseguiram a façanha de ter consolidado um regime em que tudo se movimenta pela força da corrupção. Caos que terminou dando ensejo à queda do edifício do poder, sem precisar de um ataque de fora. Curioso como os comunistas, via de regra, rezam pela cartilha da revolução rousseauniana, segundo a qual é necessário garantir a segurança da Revolução mediante os famosos Comitês de Salvação Nacional e da caça às bruxas. Entretanto são precisamente esses tais comitês que garantem o clima de impunidade das autoridades e a consequente maré negra do *Lamaçal* ou da corrupção em grande escala, que garante a morte entrópica do sistema.

Desaparecido Stalin, o centro do sistema foi sendo ocupado por burocratas pertencentes à antiga nomenclatura, formados na mentalidade de enriquecer a partir do Estado, passando rasteira em todos quantos se opusessem às suas tacanhas ambições. Era como se tivesse sido organizada uma grande Igreja com bispos *orçamentívoros*. Poch-de-Feliu escreve a respeito: *De for-*

ma parecida aos ministros da Igreja, os nomenclaturistas eram administradores coletivos de grandes riquezas de propriedade estatal, que a ideologia apresentava como patrimônio social. O convívio com elas fazia-os parecer bispos zelosos do patrimônio que (...) administravam, sem ser donos dele. Depois de 1964, na URSS institucionalizou-se a época do aparelho, do alto funcionário nomenclaturista como dono coletivo do país. É claro que a existência do aparelho vinha de antes. O fato novo era a sua emancipação política. Com Stalin, o aparelho tinha sido a mão direita do temido caudilho. Eliminados os perigos de morte nas suas relações internas, com Kruzhev o aparelho tinha se emancipado e, a partir de então, os secretários gerais passaram a ser delegados e "primus inter pares" de um aparelho institucionalizado como dono coletivo do país. (POCH-DE-FELIU, Rafael. **La gran transición**, Barcelona: Memoria Crítica, 2003, p. 9). A *nomenklatura* soviética passou, portanto, a administrar o público como propriedade privada, preservando, assim, a característica básica da cultura patrimonialista.

No seio dessa cultura de enriquecimento privado à custa dos bens públicos, os nomenclaturistas passaram a se considerar superiores à lei. Os estatutos legais valiam para os outros, não para eles. Podiam praticar, sem risco, qualquer tipo de desvio de dinheiros públicos. Ninguém, na cúpula, via nada nem sabia de nada. O pacto era para que cada aparelho se enriquecesse, sugando a parcela de riqueza nacional por ele administrada. Nesse cinismo em que o público se confundiu com o privado, os interesses pessoais e familísticos passaram a valer mais do que a preocupação com o bem do país. A respeito, escreve Poch-de-Feliu: *Entre os nomenclaturistas* não havia respeito pela lei. Sabiam, por própria experiência, que as leis soviéticas eram freq*uentemente simples carcaças, instrumentos do capricho ou da necessidade do poder, aplicáveis aos simples mortais, mas não a eles. Embora houvesse muitas atitudes enérgicas ao longo do país, o clima, sobretudo no topo da pirâmide, levava a colocar os interesses pessoais e de grupo, especialmente a possibilidade de utilizar qualquer situação favorável para a ascensão, à frente dos interesses gerais do país. Nesse clima, as boas intenções logo se esgotavam.* (POCH-DE-FELIU, Rafael. Ob. cit., p. 10-11).

Se a burocracia do sistema russo, porém, estava bastante contaminada pela corrupção, a ineficiência e as tendências patrimonialistas, no entanto é bom recordar, ao mesmo tempo, que a sociedade russa é tremendamente rica em inteligência, em capacidade de trabalho e em cultura. Por força dessa riqueza social, não tudo foi negro na administração soviética. Os russos conseguiram erguer uma poderosa máquina de guerra e colocaram a seu serviço uma indústria pesada bem desenvolvida. Cientistas de primeira linha se formaram ao ensejo dos planos quinquenais. De outro lado, o patriotismo russo sempre esteve presente na alma do povo, o que teve como resultado uma sociedade tremendamente combativa, que deu provas de grande heroísmo ao rejeitar com denodo as invasões de que foi vítima desde os primórdios da sua história. A derrota de Napoleão, no início do século XIX, bem como a resistência dos russos às potências do Eixo, na Segunda Guerra Mundial, são provas desse valor.

Esse foi o pano de fundo sobre o qual se desenhou a *Glasnost* de Gorbatchev. Representante da geração nova de tecnocratas cansados com a pachorrenta burocracia, este estadista decidiu pôr em marcha um movimento de contestação das antigas estruturas, partindo de dentro do próprio sistema, numa espécie de *autoritarismo instrumental* que lembra a frase do general Figueiredo: *Juro fazer deste país uma democracia e prendo e arrebento quem se opuser*.

A estratégia de Gorbatchev consistiu, basicamente, no seguinte: ir substituindo, de maneira rápida, os antigos dirigentes do Partido, por lideranças mais afinadas com os anseios da sociedade civil, de um lado, e com as exigências da elite tecnocrático-militar, de outro. A União Soviética caiu de podre, mas a Rússia não foi deitada por terra definitivamente, em virtude dessa ação planejada por Gorbatchev. Não havia como sustentar por mais tempo a velha árvore carcomida pelos ávidos cupins da burocracia, instalada no interior dos aparelhos (cf. VOLKOGONOV, Dimitri. **Os Sete Chefes do Império Soviético**. Trad. de J. de Oliveira Brízida, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 386 e seg.).

Conclusão: a doença das revoluções comunistas consiste no primado do bem particular da Nomenclatura sobre o resto

A respeito da forma tipicamente patrimonialista como a burocracia do Partido Comunista dominava a União Soviética - como se fosse a sua posse, escreve Poch-de-Feliu: *Em mãos da nomenclatura concentravam-se a autoridade, a produção, a administração, a distribuição, a criação e a interpretação da ideologia. A sua coluna vertebral era o Partido de Estado, uma instituição que não tinha nada a ver com os partidos políticos de um sistema plural. O Partido, não os seus membros, que eram nominalmente 20 milhões, mas os seus funcionários, era a parte decisiva do Estado. O Partido apresentava-se como genuíno representante da sociedade civil, mas, na realidade, a sua presença impedia a separação de poderes e o estado de direito, ou seja, privava a sociedade civil do oxigênio necessário para a sua existência. (...) Economicamente, o Estado-Partido usurpava as funções do mercado: determinava as necessidades, fixava os preços e distribuía os recursos. Os postulados da ideologia oficial castravam ou retardavam o pensamento livre e a espontaneidade, e criavam, além do mais, uma atmosfera social fechada e pesada*. (POCH-DE-FELIU, ob. cit. p. 11).

Ora, esse é o grande mal não somente da Revolução Comunista de Outubro de 1917, como das demais revoluções que, em nome dessa ideologia, percorreram o Mundo ao longo do século XX, semeando pobreza, terror e morte. Para Tocqueville havia duas formas de República: a decorrente da vontade da maioria, caso das instituições republicanas que vingaram nos Estados Unidos, e a proveniente do poder concentrado do absolutismo, vício em que caiu a República emergente da Revolução Francesa. Aqui não se impõe o *reino tranquilo da maioria*, como frisa o pensador francês, mas o agitado processo de dominação de uma minoria sobre a maioria. O que ocorreu na Rússia após a Revolução de Outubro de 1917 seguiu por esse tortuoso caminho.

Lenine deixou claro o tipo de República almejada pela Revolução Russa, quando esclareceu duas coisas: em primeiro lugar, indicando qual seria o ideal institucional dessa organização, definindo-a como *um poder não controlado por leis* e ao descrever qual seria o processo revolucionário acalentado por ele, ao afirmar que *uma revolução sem pelotão de fuzilamento de nada vale*. Essas seriam as duas colunas institucionais, nitidamente despóticas, que sustentaram a Revolução de Outubro. E esses são os fundamentos das demais revoluções comunistas que, num rastro de sangue e dor, se espalharam pelo mundo afora. Na América Latina temos o exemplo concreto da Revolução Cubana que instalou a mais antiga e sanguinolenta ditadura das Américas, num Estado policial onde seis milhões de habitantes são vigiados por cinco milhões de agentes a serviço da *Revolução*.

O professor ucraniano Serhii Plokhy, da Universidade de Harvard, um dos mais lúcidos estudiosos da Revolução Bolchevique, afirma na sua obra **O Último Império**, que o reino dos czares vermelhos tinha os seus dias contados quando se abriu a possibilidade de a sociedade participar, na era Gorbatchov. A respeito, frisa: *Situo o "colapso" da União Soviética na mesma categoria que os colapsos, no século XX, dos grandes impérios do mundo, inclusive o austro-húngaro, o otomano, o britânico, o francês e o português. Chamo a União Soviética de último império não por acreditar que não existirão outros, mas porque ela foi o último Estado a dar continuidade ao legado dos impérios europeus e eurasiáticos clássicos da era moderna. Abordo a história do colapso soviético com a premissa básica de que um governo imperial é incompatível com a democracia eleitoral e que o conflito entre essas duas forças provocou a queda do último império, do mundo. Quando Gorbatchov introduziu elementos de democracia eleitoral na política soviética, em 1989, os políticos russos recém-eleitos obtiveram subitamente a chance de dizer se estavam dispostos a continuar carregando os fardos do império, ao passo que os políticos das repúblicas não russas tiveram de escolher se permaneciam ou não sob o governo imperial. Por fim, os dois grupos responderam negativamente*. (PLOKHY, Serhii. **O último império - Os últimos dias da União Soviética**. Trad. de L. A. Oliveira, São Paulo: Leya, 2015, p. 18).

Uma última observação: vale a pena fazer um levantamento parcimonioso, como o efetivado pelo professor Antônio Paim, acerca dos núcleos de pensamento liberal presentes, hoje, no seio da sociedade russa. Isso para não cair em lugares comuns nem ocultar os complexos caminhos da luta pela liberdade, nas sociedades contemporâneas herdeiras do Patrimonialismo. Se a tarefa de sair deste é importante para os liberais, esse ponto, certamente, não pode ser minimizado no Brasil e alhures. (Cf. PAIM, Antônio. **O Patrimonialismo Brasileiro em Foco**. Com a colaboração de Antônio Roberto Batista, Paulo Kramer e Ricardo Vélez Rodríguez. Campinas: Vide Editorial, 2015) ■

BRUXAS DA NOITE

A incrível história das pilotos soviéticas que ajudaram a derrotar os nazistas

Leonardo Contesini

O ano era 1941. Adolf Hitler e seu exército haviam invadido a União Soviética e estavam a apenas 35 quilômetros de Moscou. Leningrado já estava sitiada e cerca de três milhões de soviéticos eram prisioneiros dos alemães.

Àquela altura o Exército soviético estava recuado e a Força Aérea precisava desesperadamente de pilotos para reforçar o combate. Josef Stalin então decidiu chamar Marina Raskova, uma famosa aviadora e recordista de voos de longa distância, para organizar um regimento feminino de pilotos. A missão? Bombardear o Exército nazista durante a noite.

Assim se formou o 588º Regimento de Bombardeio Noturno, constituído somente por mulheres – de mecânicas a navegadoras, *pilotas* e oficiais – que causou tanto pânico e destruição ao Exército alemão que acabaram conhecidas como *Nachthexen*, ou *As Bruxas da Noite*.

As integrantes do Regimento tinham em sua maioria cerca de 20 anos, e após meses de treinamento em Engels, uma cidade pequena ao norte de Stalingrado, elas decolaram para sua primeira missão de bombardeio no dia 8 de junho de 1942. Os aviões usados por elas não eram a última palavra em aeronaves de combate, e sim velhos biplanos PO-2 adaptados para o *front*. Eram aviões originalmente feitos para instrução e treinamento de acrobacias ou pulverização de plantações. Eles eram feitos de madeira e lona, e mal chegavam aos 150km/h – a mesma velocidade de estol da maioria dos aviões alemães que elas combatiam.

Os alemães haviam desenvolvido um arranjo de defesa antiaérea que os russos batizaram de *Circo Antiaéreo*. As armas e holofotes ficavam dispostos em círculos ao redor dos alvos mais prováveis. Os aviões que cruzavam a área em linha reta acabavam abatidos pelas baterias antiaéreas. Por isso, as *Bruxas da Noite* desenvolveram uma técnica para contornar essa estratégia.

Elas sempre voavam em grupos de três aviões e, ao se aproximarem das instalações nazistas, apagavam o motor e sobrevoavam a área planando em silêncio. Dois aviões atraíam a atenção dos holofotes ligando os motores e, subitamente se separavam desviando um para cada lado. Com os holofotes e baterias ocupados procurando os dois aviões, o terceiro avião se aproximava e lançava suas bombas sobre o alvo. Os aviões trocavam a posição até que todas as bombas fossem lançadas.

Como eram aviões de baixa capacidade, eles não conseguiam carregar mais de duas bombas por vez, e por isso as *Bruxas* precisavam fazer vários ataques por noite – entre 15 e 18 missões. Mesmo assim, entre 1942 e 1945 as *Bruxas da Noite* realizaram mais de 30.000 missões, e lançaram mais de 23.000 toneladas de bombas nos nazistas.

Os pilotos alemães tiveram tanto trabalho para combater as Bruxas que criaram todos os tipos de superstição e boatos sobre elas. O próprio nome *Bruxas da Noite* foi inspirado no som dos aviões soviéticos desligados, que de acordo com a imaginação dos alemães, soavam como bruxas em suas vassouras voadoras. Outra lenda inventada pelos nazistas amedrontados dizia que as *Bruxas* recebiam injeções com uma solução que as fazia enxergar no escuro como os gatos.

Como você deve imaginar, a rotina delas não incluía férias ou dias de descanso. Elas precisavam estar sempre perto da linha de combate e não havia abrigos antiaéreos. Por isso elas viviam em pistas de pouso improvisadas e quase sempre passavam a noite inteira dentro do *cockpit*. Como se não bastasse, com alguma frequência elas precisavam fazer reconhecimento durante o dia e manter os aviões abastecidos.

Além dos nazistas, as *Bruxas da Noite* precisaram combater outros inimigos: havia a resistência à ideia de que as mulheres seriam capazes de ser tão eficientes quanto os homens no combate, à fadiga dos voos incessantes, à perda de amigos e familiares, e ao assédio sexual por parte de seus colegas de farda. Mesmo assim, as *Bruxas da Noite* continuaram o combate e acabaram formando outros dois regimentos quase exclusivamente femininos, o 586º e o 587º.

Apesar de ser uma história de bravura e coragem, os registros posteriores das veteranas mostraram que o medo sempre foi um companheiro constante. Maria Smirnova, em seu livro *A Dance with Death*, recorda que *nunca se acostumou com o medo* e *era tomada pelo temor da morte*. Após os ataques, o estresse era tanto que elas não conseguiam dormir e não raramente tinham ataques de pânico. Mesmo assim, elas sabiam que tudo isso era necessário para derrotar os invasores e recuperar seu país.

A última sobrevivente das *Bruxas da Noite*, Nadya Popova, morreu aos 91 anos em 2013. Ao ser entrevistada em 2010, ela disse: Às vezes olho para o céu escuro e *me lembro de quando era uma garota agarrada aos controles do meu bombardeiro e penso: "Nadia, como você fez isso?"* ■

C. K. Chesterton
Escritor e ensaísta

HEREGES

Alguns escritores modernos e a instituição da família

A família pode ser claramente caracterizada como a suprema instituição humana. Todos deveriam admitir que ela tem sido, até agora, a célula-mãe e a unidade central de quase todas as sociedades, salvo, na verdade, de sociedades como as da Lacedemônia[1], que decidiram pela *eficiência* e, portanto, pereceram sem deixar vestígios. O cristianismo, ainda que sua revolução tenha sido enorme, não alterou tal antiga e selvagem santidade; simplesmente a inverteu. Não negou a trindade de pai, mãe e filho. Apenas leu em sentido contrário, fazendo-a passar para filho, mãe e pai. Esta não é chamada de família, mas de Sagrada Família, pois muitas coisas são santificadas ao virar de ponta-cabeça. Entretanto alguns sábios, frutos de nossa decadência, lançaram um sério ataque à família. Refutaram-na, a meu ver, erroneamente; e seus defensores defenderam-na, e defenderam-na erroneamente. A apologia habitual da família é ser, em meio à tensão e à instabilidade da vida, pacífica, agradável e cordata. Há, no entanto, outra possível defesa da família e, para mim, evidente: a da família não ser pacífica, não ser agradável e não ser cordata.

Não é elegante, hoje em dia, tecer muitos comentários a respeito das vantagens da pequena comunidade. Dizem que devemos participar de vastos impérios e cultivar ideias grandiosas. Há uma vantagem, contudo, num pequeno estado, cidade ou vila, que apenas os deliberadamente cegos conseguem deixar de ver: o homem que vive na pequena comunidade vive num mundo mais amplo. Sabe muito mais sobre as diversidades ameaçadoras e as divergências intransigentes dos homens. O motivo é óbvio. Numa grande comunidade, podemos escolher nossos parceiros. Numa comunidade pequena, os parceiros nos são escolhidos. Assim, em todas as sociedades grandes e altamente civilizadas surgem grupos baseados no que chamamos de afinidade, e excluem o mundo real de um modo mais brusco do que os portões de um monastério. Não há nada verdadeiramente limitado no clã; o que realmente é limitado é a camarilha. Os homens do clã vivem juntos porque todos usam o mesmo *tartan*[1] ou descendem da mesma vaca sagrada, mas em suas almas, pela felicidade divina, haverá sempre mais cores que em qualquer *tartan*[2]. Os homens da camarilha, contudo, convivem porque têm o mesmo tipo de alma, e a pequenez deles é a pequenez da coerência espiritual e da satisfação, como o que há no inferno. A grande sociedade existe para formar camarilhas. A grande sociedade é uma sociedade para a promoção da limitação. É um mecanismo que visa proteger o indivíduo solitário e sensível da experiência dolorosa e fortalecedora de assumir compromissos humanos. É, no sentido mais literal das palavras, uma sociedade para prevenção da cultura cristã.

Podemos ver tal mudança, por exemplo, na moderna transformação do que chamamos clube. Quando Londres era menor, e as regiões de Londres eram mais reservadas e provincianas, o clube era o que ainda é nos vilarejos, o oposto do que é agora nas cidades grandes. Naquela ocasião, o clube era valorizado como um lugar onde o homem podia ser sociável. Agora, clube é valorizado por ser um lugar onde podemos ser antissociais. Quanto mais dilatada e complicada for nossa sociedade, mais o clube deixará de ser um lugar onde podemos ter uma discussão ruidosa, e se torna, cada vez mais, um lugar onde conseguimos desfrutar de algo fantasticamente chamado de tranquilo aparte. O objetivo de tal clube é tornar o homem confortável, e torná-lo confortável é o oposto de torná-lo sociável. A sociabilidade, como tudo o que é bom, é cheia de desconfortos, perigos e renúncias. O clube tende a produzir a mais degradada das combinações – o anacoreta voluptuoso, o homem que combina a permissividade de Lúculo[3] com a solidão insana de São Simeão Estilita.

Caso amanhã de manhã fiquemos ilhados pela neve na rua onde moramos, de repente poderemos entrar num mundo muito mais vasto e bravio do que jamais seríamos capazes de imaginar. Eis todo o afã da pessoa tipicamente moderna para escapar da rua onde mora. Primeiramente forja a ciência sanitária moderna e vai para Margate[4]. Então, fantasia a cultura moderna e vai para Florença. Depois, inventa o imperialismo moderno e vai para Tombuctu. Vai para as fantásticas fronteiras da Terra. Finge atirar em tigres. Quase anda de camelo. E nisso tudo, em essência, ainda está fugindo da rua onde nasceu. Para essa fuga traz sempre pronta a explicação. Diz estar fugindo porque a rua é maçante. Está mentindo. Na verdade, foge da rua porque é excitante demais. É excitante porque é difícil de agradar; é exigente porque está viva. Esta pessoa pode visitar Veneza porque, para ela, os venezianos são apenas venezianos; as pessoas de sua rua são pessoas. Pode cravar os olhos nos chineses porque, para ela, os chineses são passivos e devem ser encarados. Caso olhe fixamente para a senhora idosa no jardim ao lado de casa, a senhora reagirá. Em suma, a pessoa é forçada a fugir de uma sociedade de pares demasiado estimulante – homens livres, perversos, grosseiros, deliberadamente diferentes dela. Uma rua em Brixton[5] é excitante e opressora demais. A pessoa tem de ficar calma e tranquila entre tigres e abutres, camelos e crocodilos; essas criaturas são, de fato, muito diferentes

dela. Contudo, não travam, pela forma, cor ou vestimenta, uma clara competição intelectual. Não procuram destruir os princípios da pessoa e afirmar os próprios; já os estranhos monstros da rua suburbana o pretendem fazer. O camelo não contorce o rosto num belo esgar porque o Sr Robinson não tem uma corcova; já o cavalheiro culto do apartamento de número 5 mostra um sorriso de escárnio porque Robinson não tem um pedestal em seu apartamento. O abutre não gargalhará porque a pessoa não voa; mas, o major do apartamento de número 9 morrerá de rir porque tal pessoa não fuma. A reclamação que normalmente fazemos de nossos vizinhos é que não cuidam, como dizemos, das próprias vidas. Na verdade não pretendemos dizer que não cuidam de suas vidas. Se nossos vizinhos não cuidassem das próprias vidas, seriam bruscamente despejados por deixar de pagar o aluguel e deixariam de ser nossos vizinhos. O que realmente pretendemos dizer ao afirmar que os vizinhos não cuidam da própria vida é algo mais profundo. Não desgostamos deles por terem pouco vigor e brilho a ponto de não conseguirem se interessar por nós. Desgostamos deles porque têm demasiado vigor e brilho e também por conseguirem se interessar por nós. O que tememos em nossos vizinhos, em suma, não é a estreiteza de horizontes, mas a soberba tendência a ampliá-los. E todas as aversões à humanidade mediana têm esse caráter geral. Não são aversões à debilidade (como se julga), mas à energia. Os misantropos fingem que odeiam a Humanidade por sua fraqueza. Na realidade, odeiam-na por sua força.

Esse retrocesso da bestial vivacidade e brutal variedade dos homens comuns é, certamente, uma coisa perfeitamente razoável e desculpável, desde que não alegue qualquer nível de superioridade. Quando o retrocesso chama a si mesmo de aristocracia, ou estetismo, ou uma superioridade com relação à burguesia, é que a sua fraqueza inerente tem de ser, por justiça, ressaltada. O tédio é o mais perdoável dos vícios; no entanto, é a mais imperdoável das virtudes. Nietzsche é quem representa de modo eminente, a reivindicação pretensiosa dos enfastiados, e apresenta nalgum lugar uma descrição – potente no sentido puramente literário – da aversão e do desdém que o consome ao avistar pessoas comuns com rostos comuns, vozes comuns e mentes comuns. Como já disse, essa atitude é quase bela se não fosse patética. A aristocracia de Nietzsche possui, além disso, a sacralidade dos fracos. Quando nos faz sentir que não suporta os inumeráveis rostos, as incessantes vozes, a avassaladora onipresença característica da multidão, ele obterá a compreensão de qualquer um que tenha estado doente num navio a vapor ou cansado num ônibus lotado. Todo homem odiou a Humanidade quando foi menos que um homem. Todo homem já teve a humanidade diante dos olhos como uma bruma, já teve a humanidade entrando pelas narinas como um odor sufocante. Entretanto quando Nietzsche tem a incrível falta de humor e de imaginação de nos pedir que acreditemos que sua aristocracia é uma aristocracia de músculos fortes ou uma aristocracia de vontades fortes, é preciso mostrar a verdade. É uma aristocracia de nervos fracos.

Escolhemos os amigos, escolhemos os inimigos; mas Deus escolhe nosso vizinho[6]. Por isso, chega até nós coberto de todos os imprudentes pavores da natureza; é tão estranho quanto as estrelas, tão precipitado e indiferente quanto a chuva. Ele é o homem, o mais terrível dos animais. Por isso as antigas religiões e a antiga linguagem das Escrituras mostravam perspicácia e sabedoria quando falavam não da obrigação para com a humanidade, mas da obrigação para com o próximo. A obrigação para com a humanidade pode, muitas vezes, tomar a forma de alguma escolha que é pessoal ou mesmo agradável. Essa obrigação pode ser o passatempo predileto; pode até ser um desperdício. Podemos trabalhar no *East End* [7] porque somos particularmente talhados para este trabalho, ou porque pensamos ser. Podemos lutar pela causa da paz internacional porque gostamos de lutar. O mais monstruoso martírio, a mais repulsiva experiência, pode resultar de uma escolha ou de uma espécie de gosto. Podemos ter o feitio de gostar especialmente de lunáticos ou ter particular interesse pela lepra. Podemos amar os negros por serem pretos ou os alemães socialistas por serem pedantes. Temos, no entanto, de amar o próximo porque está *aí* – uma razão muito mais alarmante para uma atividade muito mais séria. É um espécime da humanidade que verdadeiramente nos é dado. Justamente porque pode ser qualquer pessoa, ele é toda pessoa. É um símbolo porque é um acidente.

Sem dúvida, os homens fogem de ambientes pequenos para terras muito fatais, mas isso é muito natural, pois não fogem da morte. Fogem da vida. E este princípio se aplica às várias esferas do sistema social da humanidade. É perfeitamente normal que os homens busquem por uma determinada variedade do tipo humano, contanto que

busquem por aquela variedade de tipo humano, e não por mera variedade humana. É muito conveniente que um diplomata inglês deva procurar a sociedade dos generais japoneses, se o que quer são generais japoneses. Entretanto se o que quer são pessoas diferentes dele, ganharia muito mais se ficasse em casa e discutisse religião com a empregada. É bastante razoável que o rapaz genial do vilarejo ascenda e conquiste Londres, se o que quer é conquistar Londres. Se quiser, porém, conquistar algo fundamental, simbolicamente hostil e também muito consistente, ganhará muito mais caso permaneça onde está e tenha uma altercação com o reitor. O homem numa rua de subúrbio age muito acertadamente caso vá à Ramsgate[8] por causa de Ramsgate – algo difícil de imaginar. Mas, como se diz, se vai a Ramsgate *para uma mudança de ares*, então poderá ter uma mudança muito mais romântica, e até melodramática, caso pule o muro e vá parar direto no quintal do vizinho. As consequências serão mais instigantes, muito além das saudáveis possibilidades de Ramsgate.

Ora, exatamente da forma como esse princípio se aplica ao império; à nação dentro do império, à cidade dentro da nação, à rua dentro da cidade, da mesma forma o princípio é aplicado à casa na própria rua. A instituição da família merece ser louvada exatamente pelas mesmas razões por que a instituição de uma nação ou a instituição de uma cidade merece ser louvada. É bom para um homem viver numa família pelo mesmo motivo pelo qual é bom para um homem estar envolto por uma cidade. É bom para um homem viver numa família no mesmo sentido em que é belo e agradável para um homem ficar preso na rua pela neve. Isso tudo o força a perceber que a vida não é uma coisa exterior, mas algo interior. Acima de tudo, todos insistem em dizer que a vida, se é uma vida estimulante e fascinante, é algo que, pela própria natureza, existe a despeito de nós mesmos. Os modernos escritores ao sugerir, de forma mais ou menos clara, que a família é uma instituição má, limitam-se a dizer, com muita perspicácia, mordacidade ou *pathos*, que a família nem sempre é muito agradável. É claro que a família é uma boa instituição porque é desagradável. É saudável exatamente porque contém inúmeras divergências e diversidades. É, como dizem os sentimentais, como um pequeno reino, e, como a maioria dos pequenos reinos, em geral está num estado que lembra a anarquia. Exatamente porque nosso irmão George não está interessado em nossas dificuldades religiosas, e sim no restaurante Trocadero[9], é que a família tem algo das qualidades estimulantes de uma comunidade. Precisamente porque nosso tio Henry não aprova as ambições teatrais de nossa irmã Sarah é que a família se assemelha à humanidade. Os homens e mulheres que, por boas ou más razões, se revoltam com a família se revoltam, simplesmente, com a raça humana. Tia Elizabeth é imoderada, como a humanidade. Papai é emotivo, como a humanidade. Nosso irmão mais novo é levado, como a humanidade. Vovô é obtuso, como o mundo; é velho, como o mundo.

Aqueles que desejam, com ou sem razão, sair de tudo isso, definitivamente desejam entrar num mundo mais limitado. Estão consternados e aterrorizados com a extensão e variedade da família. Sarah deseja encontrar um mundo apenas de apresentações teatrais; George deseja pensar no Trocadero como um cosmo. Não digo, no momento, que a fuga para essa vida mais restrita não seja melhor que a fuga para um monastério. Digo, sim, que é mau e artificial tudo o que tende a fazer as pessoas sucumbirem à estranha ilusão de que estão entrando num mundo realmente mais amplo e diverso do que o próprio mundo. A melhor forma de alguém testar a própria boa-vontade em encontrar a diversidade comum da humanidade seria descer pela chaminé de qualquer casa escolhida ao acaso, e tentar se relacionar, da melhor forma possível, com as pessoas que encontrar. E foi isso, em essência, que cada um de nós fez no dia em que nasceu.

Isto é, de fato, a novela especial e sublime da família. É romântica porque é um jogo de azar. É romântica porque é tudo de que os inimigos a acusam. É romântica porque é arbitrária. É romântica porque está aí. Enquanto grupos de homens fizerem escolhas racionais, sempre haverá certo ambiente especial e sectário. Somente quando temos grupos de homens escolhidos irracionalmente é que temos homens. O elemento de aventura começa a existir; pois uma aventura é, por natureza, algo que vem ao nosso encontro. É algo que nos escolhe, não uma coisa que escolhemos. Apaixonar-se é muitas vezes considerada a suprema aventura, o acidente romântico último. Isto é verdade na medida em que há algo que nos é externo, algo parecido com um alegre fatalismo. O amor nos toma, transfigura e tortura; penetra-nos o coração com insuportável beleza, como a insuportável beleza da música. Entretanto uma vez que nos liguemos à questão; uma vez que estejamos, de alguma forma, preparados para nos apaixonar e, num dado sentido, nos lançarmos nisso; uma vez que, de certa forma, escolhamos ou até julguemos – em tudo isso apaixonar-se não é verdadeiramente romântico, não é absolutamente aventuroso. Neste grau, a aventura suprema não é se apaixonar. A aventura suprema é ter nascido. Aí entramos, de repente, numa armadilha esplêndida e surpreendente. Aí vemos algo com que jamais sonháramos. Os pais ficam realmente à espreita e caem sobre nós, como salteadores escondidos atrás da moita. Nosso tio é uma surpresa. A tia é, como diz a expressão comum, caída do Céu. Quando entramos numa família, por termos nascido, entramos num mundo incalculável, num mundo que tem leis próprias e estranhas, num mundo que poderia existir sem a nossa presença, um mundo que não criamos. Noutras palavras, quando passamos a fazer parte de uma família, adentramos num conto de fadas.

O aspecto de narrativa fantástica deve se unir à família e às relações que com ela manteremos por toda a vida. Romance é a coisa mais difícil de entender na vida; o romance é ainda mais profundo que a realidade, pois mesmo que a realidade se

mostre enganosa, todavia não pode ser comprovada sua pouca importância ou inexpressividade. Mesmo se os fatos forem falsos, ainda serão muito estranhos. E a estranheza da vida, esse elemento inesperado e até perverso das coisas ao ocorrer, permanece irremediavelmente interessante. As circunstâncias que podemos controlar podem se tornar tratáveis ou pessimistas; mas as *circunstâncias sobre as quais não temos controle* permanecem divinas para aqueles que, como o Sr Micawber[10], podem invocá-las e renovar as forças. As pessoas se perguntam por que o romance é a forma mais popular de literatura; perguntam por que o romance é mais lido que livros de ciência ou de metafísica. A razão é muito simples: é meramente porque o romance é mais verdadeiro que os demais livros. A vida pode, às vezes, parecer justamente com um livro de ciência. Pode às vezes parecer, e com maior justiça, com um livro de metafísica. Entretanto a vida é sempre um romance. Nossa existência pode deixar de ser uma canção, pode deixar de ser um belo lamento. Nossa existência pode não ser uma justiça inteligível, ou mesmo um erro reconhecível, mas nossa existência ainda é uma história. No ígneo alfabeto de cada pôr do sol está escrito: *continua no próximo capítulo*. Caso tenhamos intelecto suficiente, conseguiremos completar uma dedução filosófica e exata, e estaremos certos de que a completamos corretamente. Com suficiente capacidade intelectual conseguiremos terminar uma descoberta científica e estaremos certos de que a terminamos corretamente. Contudo, nem com o mais gigantesco intelecto conseguiremos terminar a mais simples e tola história, e estar certos de que a terminamos corretamente. A razão é que uma história carrega consigo não simplesmente um intelecto parcialmente mecânico, mas uma vontade, que é, em essência divina. O escritor da narrativa pode mandar seu herói para o patíbulo, no penúltimo capítulo, se quiser. Pode fazer isso pelo mesmo capricho divino com o que ele, o autor, poderá ir para a forca, e depois para o inferno, se quiser. E a mesma civilização, a cavalheiresca civilização europeia que afirmava o livre arbítrio no século XIII, produziu uma coisa chamada *ficção* no XVIII. Quando Santo Tomás de Aquino afirmou a liberdade espiritual do homem, criou todos os romances ruins que circulam nas bibliotecas.

Para que a família nos seja uma história ou romance, porém, é necessário que, grande parte dela, de qualquer maneira, seja determinada sem nossa anuência. Caso desejemos que a vida seja um sistema, ela pode vir a ser um problema; mas caso desejemos que a vida seja um drama, ela se torna algo essencial. Amiúde pode acontecer, sem dúvida, que um drama possa ser escrito por alguém de quem pouco gostamos, mas gostaríamos bem menos se o autor se aproximasse perante as cortinas, a cada hora, e nos impusesse a dificuldade de inventar o próximo ato. O homem tem o controle de muitas coisas na vida; tem o controle sobre um número suficiente de coisas para ser o herói de um romance. Todavia, caso tivesse controle sobre todas as coisas, seria tão herói que não haveria romance. E a razão por que a vida dos ricos é no fundo tão enfadonha e monótona é simplesmente por poderem escolher os acontecimentos. É tediosa porque são onipotentes. Não percebem as aventuras porque as fabricam. A coisa que mantém a vida romântica e plena de ardentes possibilidades é a existência de grandes limitações naturais que nos forçam a enfrentar as coisas das quais não gostamos ou pelas quais não esperamos. É inútil falar para os altivos modernos a respeito de permanecer em ambientes hostis. Estar num romance é estar num ambiente hostil. Nascer nesta Terra é nascer num ambiente hostil, portanto é nascer num romance. De todas as limitações e estruturas que moldam e criam poesia e variedade na vida, a família é a mais exata e a mais importante, portanto é mal interpretada pelos modernos, que imaginam o romance existir de modo mais perfeito num estado pleno daquilo que entendem por liberdade. Acreditam que se um homem gesticula isso é algo tão romântico e sensacional que o sol deva cair do céu. Entretanto o que é romântico e surpreendente a respeito o sol é ele não cair do céu. Buscam de todas as formas, um mundo onde não haja qualquer limitação, isto é, um mundo onde não existam contornos; em outras palavras, um mundo que não possui formas. Não há nada mais vil que esse infinito. Dizem desejar ser tão fortes quanto o universo, mas realmente desejam que todo o universo seja tão fraco quanto eles mesmos ■

(1) Outro nome da cidade de Esparta, que produziu conquistadores e governantes militares, mas nunca líderes intelectuais e culturais;

(2) Tecido de lã axadrezado, cujos diferentes padrões identificam os clãs escoceses;

(3) Lúcio Licínio Lúculo (118 a.C. a 56 a.C.) foi um importante político e general da República romana. Comandou legiões, antes de Pompeu, na Terceira Guerra Mitridática e, ao regressar, ficou célebre por levar uma vida exuberante e licenciosa;

(4) A expressão "ir para Margate" significava para os contemporâneos de Chesterton "nadar para melhorar a saúde". Margate é uma sofisticada cidade de veraneio inglesa, localizada no estuário do Rio Tâmisa, cerca de 120 quilômetros ao sudeste de Londres;

(5) Subúrbio de Londres ao sul do Rio Tâmisa que na época vitoriana sofreu forte expansão imobiliária residencial;

(6) A palavra "neighbour", em inglês, significa tanto o confinante, o vizinho ao lado da casa, como o próximo, o semelhante. Chesterton utiliza tal palavra, ao longo de todo o capítulo, em duplo sentido;

(7) Área que fica ao leste de Londres, fora das muralhas medievais da cidade. Durante o século XIX a área foi povoada por pessoas pobres e imigrantes, tornando-se sinônimo de pobreza, criminalidade e doença;

(8) Uma das grandes cidades costeiras da Inglaterra, localizada no distrito de Thanet, a oeste do condado de Kent. No século XIX, recebeu o principal e mais moderno porto do país e a cidade se tornou um importante lugar de veraneio;

(9) Famoso e elegante restaurante inaugurado em 1896, na esquina da Shaftsbury Avenue com Windmill Street, perto dos teatros do West End e próximo ao Picadilly Circus, em Londres. Fechou em 1965 e o espaço foi convertido em shopping center, com o nome de London Trocadero;

(10) Personagem do romance "David Copperfield" (1850) de Charles Dickens (1812-1870). Baseada no pai do autor, Wilkins Micawber, sempre esperava um futuro melhor, apesar das circunstâncias. É incauto, porém adorável, e acaba por se tornar juiz colonial.

FUNDAMENTOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO

Angela Vidal Gandra Martins
Doutora em filosofia do Direito pela UFRGS
angela.martins@gandramartins.adv.br

(...) Ponderando sobre o escandaloso declínio da democracia na Venezuela e a luta que muitos travam em nosso país para fazer valer a separação dos Poderes e o respeito ao ser humano através do direito, trago como tema de reflexão esses pressupostos. (...)

Tive a oportunidade de estudar a obra completa de Lon Fuller, catedrático de filosofia do direito da Universidade Harvard (EUA). Sua proposta está fundamentada na capacidade humana de aderir a regras racionais e razoáveis a partir de sua liberdade e responsabilidade, visando à amizade e à comunicação como base da vida social, política e econômica.

Nessa hipótese, o direito ofereceria uma pauta mínima, mas profundamente segura, para que a sociedade possa se organizar com criatividade, respeito e paz.

Na construção dessa ordem, os agentes, em ambos os polos, são convocados a entender e viver as regras, que devem, por sua vez, apresentar oito requisitos essenciais.

São eles: generalidade (regras aplicáveis a todos); publicidade (torná-las de conhecimento de todos os cidadãos); prospectividade (não devem ser retroativas); clareza (estabelecer regras simples); coerência (não devem solicitar ações contraditórias); possibilidade (não devem exigir condutas que ferem a capacidade do cidadão); estabilidade (devem permanecer constantes); e congruência (harmonia entre as regras declaradas e administradas).

Percebe-se o sólido fundamento antropológico de sua teoria. De fato, como afirma Francis Fukuyama em seu livro *O Fim da História e o Último Homem*, todo sistema jurídico possui uma antropologia subjacente e da maneira com que concebe o ser humano será regulado e promovido ou manipulado e subjugado.

Fonte: Folha de S. Paulo

Isso é absolutamente rejeitado pelo autor ao afirmar que *um agente jurídico não é um membro de uma população submissa, pronto para fazer o que lhe indicam*.

Ponderando sobre o escandaloso declínio da democracia na Venezuela e a luta que muitos travam em nosso país para fazer valer a separação dos Poderes e o respeito ao ser humano por meio do direito, trago como tema de reflexão esses pressupostos.

Servem de teste para evidenciar um sistema jurídico saudável, e assim confirmar o quanto nos vamos distanciando de um verdadeiro Estado democrático, por meio de atos tais como a seletividade na aplicação das regras, a ignorância cultivada por meio das ideologias, as tentativas de aplicar o direito de forma retroativa, desproporcionalidade e arbitrariedade na penalização ou despenalização, a inconsistência jurídica sistêmica e, principalmente, a falta de correspondência às expectativas jurídicas e comportamentais por falta de coerência ética ou sucumbência a interesses políticos pessoais ou de grupo.

Os pressupostos expressam um profundo respeito à racionalidade humana e à sua liberdade constitutiva. Em tese, o ser humano concebido por nossa Constituição também aponta nessa direção.

O caminho seria como aconselha Fuller, interpretá-la e aplicá-la segundo seus reais propósitos, à luz dos oito princípios procedimentais. Como comenta: *Se fazemos as coisas da forma correta, é mais fácil que façamos a coisa certa*. A questão é saber se isso é o que efetivamente desejam os detentores do poder ■

Maj Brig Ar Luiz Fernando Barbedo
luiz.barbedo@gmail.com

Conhecendo a Nação Xavante

Lendo o livro de autoria do meu amigo Raul Galbarro Vianna, em que ele narra episódios pitorescos vividos em Campo Grande, ainda no tempo em que a Base era apenas um Destacamento de Base Aérea, fiquei entusiasmado em partilhar uma aventura de que eu e nosso amigo Bené Araújo participamos voando o 2032, um dos C47 do Destacamento. Aconteceu em janeiro de 1966. Eu, ainda como segundo-tenente, apresentei-me em Campo Grande em agosto de 1965, e era o oitavo oficial aviador em antiguidade na Unidade. O Comandante era o Ten Cel Av Niel Vaz Correa.

Destacamentos de Base Aérea possuíam como *Unidade Aérea* apenas uma Esquadrilha de Adestramento. Eu fui designado oficial de operações da esquadrilha, um privilégio se considerarmos que contava com dois C47, três C45 e alguns T6. O comandante da esquadrilha acumulava a função de Comandante da Esquadrilha de Comando.

Considero aventura porque, para dois tenentes – eu, nascido e criado no Rio de Janeiro, onde jamais me imaginei passando pelos locais por onde estivemos; e o primeiro-tenente Araújo, mato-grossense de Campo Grande, com experiência acumulada na Amazônia, quando serviu em Belém - já ter voado bastante pelo interior do estado, mas nunca ter tido a vivência com índios xavantes, do modo como nós tivemos.

Não houve acidentes ou nada que se assemelhasse, mas apenas fatos insólitos diferentes daqueles vividos por mim até aquela oportunidade.

Foi solicitado à Base o apoio a uma organização do Ministério da Saúde, SUSA (não sei mais o que significa a sigla e não acredito que ainda exista), para que transportássemos sua equipe às aldeias indígenas de Sangradouro, Meruri e São Marcos, a fim de que os índios das tribos Bororo e Xavante fossem examinados, no sentido de pesquisar e curar os doentes portadores de tuberculose.

A equipe era bem montada, com aparelhos de Raios-X e laboratórios para examinar com detalhes os suspeitos, inicialmente detectados por aparelhos portáteis. Nossa missão era apenas transportá-los e aguardar o fim dos trabalhos para seguir para outra aldeia. Eram previstos três dias em cada uma.

Enquanto os agentes do SUSA trabalhavam, nós tentávamos conhecer melhor os hábitos e costumes da comunidade indígena. Às vezes jogávamos baralho, assistíamos às partidas de futebol dos índios ou nos deliciávamos com os biscoitinhos e outras guloseimas oferecidas pelas freiras.

Não havia queixas. A previsão de cigarros foi mal calculada, o que nos obrigou a ir a Aragarças para comprar alguns pacotes de cigarro. Fumava-se bastante naquele tempo, e o número de fumantes era grande.

Entre radiografar mais de 500 índios, revelar as chapas e examinar cada uma, separando as suspeitas, levava-se três dias. Nós éramos apenas pilotos com bastante tempo para aumentar nossa cultura xavante e bororo.

Alguns fatos eram novidades. Soubemos que os índios deslocam-se na mata com facilidade e andavam quilômetros apenas na base de seus instintos e conhecimentos astronômicos.

Padre Mário, um italiano imenso, contou-nos que um dia apareceu na aldeia uma índia, sozinha, carregando seu filho, ainda de colo. Cercada pelo chefe e por vários xavantes, começou a ladainha questionando suas origens. O padre, de longe, não pode evitar que, repentinamente, o chefe tomasse a criança dos braços da mãe e a matasse com um golpe na cabeça. Justificou seu ato insano dizendo ao padre que o bebê vinha de uma tribo inimiga e o mataria quando fosse adulto.

Essa era a lei na selva, mesmo sendo todos xavantes.

Por outro lado, os padres salesianos rezavam missa quase todos os dias numa capela improvisada ao lado do nosso alojamento. Um dos religiosos, Padre Bartolomeu, aprendeu o idioma xavante após anos de convivência e escreveu o catecismo na língua indígena. Era interessante participar da missa na língua xavante. Lembro-me que as mulheres não assistiam.

Quando estávamos em São Marcos, após a conclusão dos trabalhos em Sangradouro e Meruri, o padre responsável pela Missão fez uma solicitação inusitada. Demonstrou preocupação com o grande número de jovens solteiros para atender a demanda de esposas para os índios atingindo a idade de casar. Sua preocupação era que os homens se matassem para disputar as jovens disponíveis. Normalmente, os casamentos se realizavam em torno de quinze anos de idade. Por isso as mulheres envelheciam prematuramente.

Sabiam da existência de uma tribo xavante na fazenda Suiá-Missu, na Serra do Roncador. Pediu-nos para que levássemos três representantes da Missão para contatar essa tribo, com o intuito de saber se havia jovens índias em quantidade suficiente para atender as necessidades dos jovens em São Marcos.

Devidamente autorizados, decolamos para a Ilha de Bananal, em Santa Isabel do Morro, onde com certeza saberiam localizar a tal fazenda. Tive a oportunidade de conhecer o hotel construído pelo Presidente Juscelino. Estava em razoáveis condições, com sua frente voltada para o Rio Araguaia, apesar de não ter ocupação.

Anos mais tarde, o hotel foi consumido por um incêndio e, hoje, sobram ruínas apenas.

Quando estacionamos, fomos cercados pelos índios karajás. Vinham cheios de objetos indígenas para vender. O fato curioso nessa abordagem, porém, foi a chegada à porta do Douglas dos nossos xavantes. Toda a região da Serra do Roncador foi dominada pela Nação Xavante, antes da chegada do homem branco. Os karajás temiam os xavantes e pouco a pouco foram se afastando. Eram muitos contra apenas três, mas o respeito os dominava. Como não houve atrito, fomos atrás de gente que pudesse nos informar onde estava localizada a Fazenda Suiá-Missu.

Orientaram-nos que deveríamos voar na proa aproximada de 270 graus, por mais ou menos 20 minutos. Era uma fazenda para criação de gado, recentemente instalada próxima ao Rio Suiá-Missu.

Realmente, a informação foi válida, pois foi fácil chegar, com uma longa pista de cascalho, e naquele ano já contavam com dez mil cabeças de gado.

E os índios, onde estavam?

O capataz veio nos receber, estranhou nossa presença e disse que a tribo de aproximadamente 600 índios, cuja taba ficava ao lado da vila residencial dos empregados, foi convencida a ir para outro lugar, longe da fazenda. Aquela proximidade estava perturbando o trabalho dos empregados.

O cacique concordou com a mudança, desde que um jovem que trabalhava na fazenda como contador acompanhasse a tribo.

Esse jovem de São Paulo nos disse que aceitou o emprego justamente para se familiarizar com a cultura indígena. Conseguiu em pouco tempo conhecer o idioma xavante, o que foi muito útil para que pudéssemos compreender as conversas que se seguiriam durante o encontro entre nossos passageiros e os índios de Gorgulho, nome do local onde os xavantes de Suiá-Missu se estabeleceram.

E como chegar lá? Soubemos que havia uma pista de terra de 800 metros próxima à aldeia e utilizada apenas por aviões de pequeno porte.

O rumo era incerto e os pilotos civis que conheciam o campo não estavam disponíveis para ir no Douglas. Em vista dessa dificuldade ao invés de pilotos nos cederam um Velho índio, que na cabine de pilotagem, de pé entre os pilotos, foi com sua mão olhando para a selva, mandando curvar, pouco à direita, pouco à esquerda, e nos conduziu perfeitamente até Gorgulho.

Pousar o C47 em pista de 800 metros, com largura para uso de aviões pequenos, com árvores em ambas as cabeceiras, não foi tranquilo, mas o pouso foi perfeito. Tivemos de fazer manobras empurrando o avião pela cauda, fazê-lo virar 180 graus, para voltar para a cabeceira principal, onde morava o jovem paulista, numa casinha de pau a pique, que serviu de *hotel* por uma noite.

Fomos recebidos pelo jovem e por vários índios xavantes, pouco diferentes daqueles que estávamos transportando, até porque os nossos estavam vestidos adequadamente, ao passo que os de Gorgulho estavam como a natureza os criou. Nossos representantes foram imediatamente cercados e conduzidos para a aldeia.

A Taba ficava a dois quilômetros da pista, e lá fomos todos pela trilha acompanhando o grupo. No meio da Taba, cercaram *nossos amigos*, começando extensa discussão na língua original, traduzida pelo nosso anfitrião paulista.

A finalidade era identificar ancestrais. Lembrei-me do Padre Mário. Se tivessem sido de tribos amigas no passado haveria festa. Se fossem inimigos, nossos amigos correriam risco de serem mortos ali mesmo. Torcemos muito pela primeira hipótese, até porque a segunda poderia repercutir nos aviadores que os levaram.

Nunca vi tanta choradeira xavante. Como choravam e gritavam. Alegria! Eram amigos! Formaram imediatamente uma roda, dançaram e cantaram, na maior festança. Ofereceram-nos bolo de milho, meio escuro, provavelmente feito pelas mãos sem higiene adequada das mulheres. Obviamente participamos do lanche. As índias a tudo observavam de longe, sentadas à frente de suas ocas.

Terminada a festa voltamos para a choupana do paulista. Dormimos nas camas desmontáveis do SUSA, ou melhor, tentamos dormir, mas não deu mesmo. Atacados por mosquitos dentro e fora da casa. Levantamos às 0400 com o barulho que os índios fizeram invadindo a casa. Tão logo amanheceu, decolamos em direção a Xavantina para reabastecer o avião. Era minha vez na cadeira da esquerda.

Mal o Araújo recolheu o trem, encostou a cabeça na janela e apagou. Olhei para trás, todos dormindo, até nossos amigos índios, que farrearam a noite toda. A cinco mil pés, voando dentro de estratos, olhando para os instrumentos, não resisti e apaguei também. Acordei sobressaltado com o Araújo corrigindo o avião que havia feito pequena curva para a direita e havia perdido alguns pés. Ninguém dormiu mais, ou melhor, nós não dormimos. Os outros nem perceberam. Se o avião tivesse piloto automático, grandes chances de cair sem combustível.

Após o reabastecimento em Xavantina voamos para a Missão de São Marcos. A solicitação tinha sido realizada, mas nunca soubemos se haviam resolvido o problema da falta de moças casadoiras, apesar de a tribo de Gorgulho ter caminhado quilômetros pela mata e se juntado à Missão Salesiana de São Marcos.

Quando já nos preparávamos para voltar para Campo Grande, fomos envolvidos numa missão SVH, salvamento de vida humana. Voamos para um campo de pouso às margens do Rio das Mortes, atendendo um alerta da Missão do SPI local, no sentido de verificar um surto de malária na tribo xavante que vivia nas proximidades do aeródromo.

Pouco conhecia sobre malária, mas imaginava que era uma doença que índios não tinham. Era algo parecido como gripe nos homens brancos. Decolamos para a localidade no Rio das Mortes, onde só havia uma casa, residência do funcionário do SPI, operador de um possante radioamador. Falou-nos sobre a suspeita de malária e que os índios já estavam se deslocando pelo rio, da aldeia para o aeroporto. Ficamos intrigados, mas não questionamos sua conduta. Aos poucos foram chegando diversas canoas carregadas de índios xavantes e muitos peixes. Não me pareceram doentes. Ao contrário, eram fortes e saudáveis, o que foi confirmado pelos agentes do SUSA que estavam conosco. O que pareceu ser o chefe era alto, bem vestido com uma calça parecida com as da FAB, de brim, e vestindo botas longas. A comunicação foi difícil, até porque não falavam bem o português e o funcionário do SPI não era bom tradutor.

Tínhamos conhecimento de que há alguns anos dois religiosos tinham sido assassinados no Rio das Mortes. Apresentou-se com o jovem um velho índio tratado e apresentado com deferência como Apoena, que na linguagem indígena traduz-se como *o que enxerga mais longe*. Pensei: *será o mesmo suspeito de ter matado os padres?* O velho aproximou-se e juntou nossas mãos com as dele, umas sobre as outras, e começou uma ladainha na sua língua, de forma estranha, deixando-nos preocupados. Percebi o gesto mais como uma saudação, porque em seguida nos confraternizamos sentados em torno das brasas, para comer as piranhas assadas que tinham sido trazidas nas canoas. Apesar de terem sido preparadas na brasa sobre folhas de bananeiras, não estavam ruins, em que pese a quantidade de espinhas que continham. Desta vez eram apenas peixes, sem direito aos bolos de milho.

Chegamos à conclusão de que não havia malária. Alarme falso. Posso até acreditar que o funcionário do SPI, responsável pela mensagem, queria ver homem branco. Pelo estado do aeródromo penso que há tempos não pousavam aviões naquele campo. Concluídas as manifestações de amizade de praxe, decidimos voltar para casa. Os técnicos do SUSA e seus equipamentos já estavam embarcados. O combustível dos tanques era suficiente para voar até Campo Grande. Três horas e vinte de voo e estávamos em casa. Eu trazia muitas lembranças dos índios: arcos, flechas, cocares e outros adereços de pena, mas tendo de renovar meu guarda-roupa, uma vez que eram lembranças trocadas pelas minhas roupas. Os índios receberam mais tarde os medicamentos necessários para curar os portadores de tuberculose, aos quais se juntaram os procedentes de Gorgulho, em São Marcos, e a missão terminou com resultados satisfatórios.

Foi um bom começo para quem serviu sete anos em Campo Grande. Hoje, após cinquenta anos, não faço ideia do trabalho que a FUNAI tem feito em proveito dos índios, mas durante as muitas viagens às Missões, o Destacamento de Base Aérea (e a partir de 1970 a Base Aérea) permaneceu dando o suporte necessário à manutenção das Missões Salesianas de Mato Grosso ■

ANA TERRA

Maria Therezinha de Albuquerque
therezadealbuquerque@yahoo.com.br

É um capítulo do livro *O Continente*, que compõe com outros dois livros – *O Retrato* e o *Arquipélago* – a trilogia da mais famosa obra de Érico Veríssimo: *O Tempo e o Vento*.

Por ser uma parte tão importante do romance, o autor autorizou que esse capítulo fosse transformado em um livro à parte, e sua publicação ocorreu em 1949.

O romance é uma história de ficção passada no final do século XVIII e início do século XIX, e tem as inevitáveis marcas do seu tempo. Deixa transparecer os preconceitos da época, como o racismo, as desigualdades sociais, o papel servil da mulher em uma sociedade machista – em que eram tratadas como seres insignificantes – baixavam a cabeça ao pai, ao marido e até aos irmãos.

O autor misturou intencionalmente a realidade e a ficção, situando personagens imaginários em um contexto histórico que realmente existiu. Não faz uma simples transcrição de fatos históricos, pois condiciona os personagens reais ao ambiente, um artifício que torna o texto bem interessante.

Com extraordinário talento, mostra a triste realidade vivida por famílias que migravam para o Continente na esperança de construir na região uma vida sólida e tranquila. Lá, onde os campos eram grandes e o solo era bom, plantavam e criavam gado.

As dificuldades eram imensas, pois além da distância entre as estâncias havia o litígio com os castelhanos que dominaram as terras por treze anos, e mesmo após serem expulsos, em 1777, continuaram, com relativa frequência, a saquear as estâncias, violentar as mulheres, incendiar casas e campos.

Continente era o vasto território distante do litoral do Rio Grande, onde viviam os castelhanos oriundos da Banda Oriental do Uruguai e os índios coroados. A exploração do ouro levou à região, nos anos de 1748 a 1753, cerca de 2.500 açorianos, mas também foram muito importantes na colonização os italianos e os alemães. Na época o território gaúcho era chamado de Rio Grande de São Pedro.

O romance narra a saga da família Terra, constituída pelo pai – o *velho* Maneco Terra; a mãe – a sofrida D. Henriqueta; dois filhos já rapazes, Antônio e Horácio e uma filha de 25 anos – Ana, a personagem título, o centro de toda a narrativa, a figura central, a protagonista inconteste da trama. Como já foi muito bem definido: *ela* é o princípio *e o fim de onde parte e para onde convergem todos os episódios principais da trama. O mundo do romance gira ao redor dela*.

Ana Terra era uma moça que levava uma vida amarga, sem amigas, sem ouvir sequer uma música, seu mundo era sua família. Chegara aos 25 anos sem jamais ter visto o próprio rosto e, quando pediu ao irmão que lhe trouxesse de Rio Pardo para onde ele ia viajar, um espelho mesmo que pequeno, o pai interferiu *porque seria um gasto inútil e espelho era coisa do diabo*.

Na estância dos Terra, ninguém sabia ler ou escrever, não havia relógio nem calendário. Calculavam a hora pela posição do sol e a passagem dos meses pelas fases da Lua; era pela temperatura e pelo vento forte que sabiam a época do ano.

Pela região não aparecia ninguém além dos forasteiros, dos saqueadores e dos soldados que lutavam contra os castelhanos. O mundo da jovem resumia-se a quatro pessoas, o trabalho, a solidão e o vento, o minuano implacável que cortava o silêncio das noites.

Ana costumava dizer que sempre que lhe acontecia alguma coisa estava ventando.

Certa vez viu sua imagem refletida nas águas do poço onde lavava as roupas e teve uma sensação estranha, parecia ver outra pessoa. Imaginava-se bonita, porque quando por lá passavam os forasteiros ou os soldados, que paravam na estância por momentos, elogiavam sua aparência.

A jovem sonhava em sair daquele fim de mundo, queria casar, ir para Rio Pardo, o povoado mais próximo dali, para onde seus irmãos viajavam levando carretas cheias de sacas de milho e feijão produzidos na estância. Em seus sonhos estava sempre presente a figura de Rafael Pinto Bandeira, o guerreiro mais conhecido do Rio Grande, o herói que estava livrando o Continente dos castelhanos e que certa vez, ao passar pela estância, falara a Maneco Terra do perigo de ter em casa, naquela região deserta, uma jovem tão bela.

A família Terra morava em Sorocaba e migrou para o Continente quando os estancieiros, movidos pelo desejo de enriquecer, foram conquistando as terras dos índios coroados e dos castelhanos.

Maneco Terra ouvira do avô histórias maravilhosas sobre os campos do Sul e assim, motivado, chegou às terras do Rio Grande levando a família. Queria criar gado, plantar e enriquecer. Ali era o lugar ideal: clima salubre e terras de futuro.

A vida da jovem Ana se modifica quando conhece, em terras de seu pai, um rapaz muito bonito, com traços fisionômicos que lembravam os índios coroados e linguajar que misturava o português e o espanhol. Fora criado em uma missão dos jesuítas, era cristão fervoroso, contava histórias interessantes e tocava flauta. Seu nome era Pedro, conhecido como Pedro Missioneiro por ter sido criado e educado na Missão de São Miguel.

Ana e Pedro se apaixonam e, quando ela engravida, os irmãos a bem da moral, e por ordem do pai, matam e enterram Pedro Missioneiro na própria estância.

O filho de Ana nasce e ela lhe dá o nome de Pedro Terra. A criança não recebe dos tios e do avô um olhar, uma atenção. Mais crescido, Pedrinho ajuda a família na lavoura e quando o trigo brota nos campos, depois de muito trabalho e espera, Ana vê, pela primeira vez, Maneco Terra conversar com o neto.

Esse é o tipo de família que atravessou os séculos, no Sul e em grande parte do Brasil, até as transformações sociais que ocorreram no século XX.

A segunda parte do enredo começa quando a estância é atacada pelos castelhanos e todos os homens da família, inclusive dois escravos, são mortos.

Ana é brutalmente violentada pelos bandidos e quando estes se vão, deixando um rastro de horror e destruição, ela vai ao esconderijo onde estavam Pedrinho, a cunhada Eulália, mulher de seu irmão Horácio, e a sobrinha de meses. Depois, sem lamento, enterra os mortos, faz quatro cruzes de madeira amarradas com cipó e

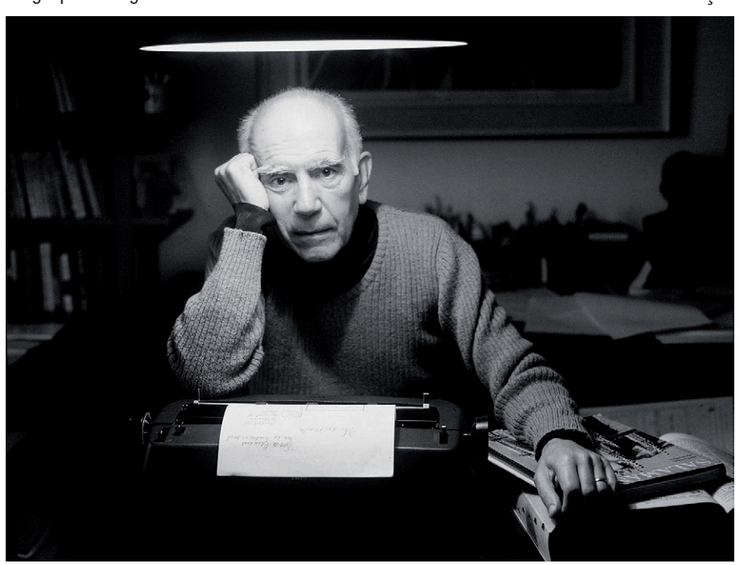
coloca sobre as sepulturas. Não derrama uma lágrima. Apodera-se do baú onde o pai guardava o dinheiro e que estava enterrado em lugar seguro e deixa, sem emoção, no dia seguinte, a estância onde passara grande parte de sua vida. Leva pouco do que sobrou: um crucifixo, a tesoura de podar que servira para cortar o umbigo de Pedrinho e, depois, de muitas crianças que nasceram em Santa Fé.

A história divide-se em duas partes distintas: a vida na estância com a família Terra, e a vida no povoado para onde Ana partiu levando o filho, a cunhada e a sobrinha, com a ajuda de uma família que se dirigia para a região das Missões onde vivia um tio rico. O povoado, um agrupamento de casebres à beira da estrada, foi o local onde passaram a viver. Ali ficaram, e ali surgiu, anos mais tarde, a cidade de Santa Fé.

Ana jamais deixou de sonhar, viu o filho crescer, viu outros tipos de guerra e via continuar a luta com os castelhanos. Para que tanta guerra? Para que tanto campo? Os estancieiros aumentavam suas estâncias e enriqueciam, os homens iam para a guerra e as mulheres continuavam esperando, não havia sossego.

Quando nasceu sua segunda neta, filha de Pedrinho, no inverno de 1806, Ana resmungou: mais uma escrava!

A história de Ana Terra é uma colocação pessimista em relação à vida. Em todo o livro a crítica social está presente. Há questionamento em relação à violência e aos privilégios, fatores que originaram uma sociedade onde terra é sinônimo de desigualdade. *Terra é para quem tem dinheiro, para quem pode plantar, colher, ter escravos e povoar os campos*, lê-se na página 43.



Somente no decorrer dos anos sessenta ocorreu e consumou-se a grande mudança nos costumes, originando a sociedade contemporânea, em que a mulher ensina; cura; julga; prende e impõe as leis; comanda, governa e decide a própria vida.

A obra de Érico Veríssimo representa por sua qualidade, extensão e análise de uma época o que poderíamos chamar de documentário histórico e social.

Em *Ana Terra* a riqueza dos detalhes no que se refere ao ambiente, ao linguajar, aos valores humanos, à moral da época e aos preconceitos, nos dizem coisas importantes sobre a colonização do Rio Grande e nos leva a refletir sobre o Brasil atual.

Érico Veríssimo nasceu em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, em 17 de dezembro de 1905; é um dos mais importantes escritores brasileiros, com livros publicados em diversos países. Divulgou a literatura e a cultura brasileira no exterior em conferências e cursos. Em 1953, por indicação do Ministério das Relações Exteriores, assumiu o Departamento de Assuntos Culturais da OEA, onde permaneceu por três anos. Faleceu em Porto Alegre no dia 28 de novembro de 1975 ■

O MÉDICO CORDIAL

Luciano Carvalho
Médico
Presidente da Associação Médica de Brasília

Em 1904, a população da cidade do Rio de Janeiro protagoniza uma grande revolta em oposição às intervenções modernizadoras do médico Oswaldo Cruz, a chamada Revolta da Vacina. A proporção desse movimento não foi motivada pela oposição à vacina da varíola em si, mas pela forma autoritária, por vezes violenta e invasiva, com que a Lei da Vacina Obrigatória foi imposta à comunidade. Mais que isso, a revolta expressava, a meu ver, um dos traços mais fortes do homem cordial – conceito elaborado na obra do historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil*, sobre o caráter do brasileiro.

A revolta foi uma resistência à invasão do espaço reservado da família pelo Estado, a resistência à submissão do interesse privado aos preceitos do interesse público, despersonificado, teoricamente voltado ao bem-comum.

Lembrando que o *homem cordial* de Buarque não se caracteriza pelos bons modos, polidez e gentileza intrínsecas, mas por uma cordialidade forjada e superficial. Um artifício psicológico e comportamental que está incrustado em nossa formação social. O *homem cordial* – traço cultural marcante do povo brasileiro – é fruto da supervalorização das afinidades e intimidades concebidas no seio da família patriarcal, onde imperavam o sentimento de pertencimento e o apelo às emoções. O arquétipo brasileiro, reconhecido além fronteiras por sua hospitalidade e afetividade representa, na verdade, essa capacidade de se articular e envolver emocionalmente, de criar intimidade, de flexibilizar as normas de acordo com suas simpatias ou antipatias.

Estive revisitando esta obra histórica recentemente, o que me fez refletir sobre o Brasil de hoje e, em especial, sobre a situação da Saúde na atualidade. Quanto mais observo nossas mazelas políticas, mais identifico a presença do *homem cordial* entranhado em todas as instâncias das relações de poder, nos grupos sociais e nas atitudes pessoais também. Historicamente os traços de personalismo e informalidade nas relações nos fazem reagir fortemente a qualquer tentativa de normalização e de regramento de nossas vontades individuais ou de nossos pequenos coletivos de afetos. A cordialidade a que se refere Buarque é a mãe do *jeitinho brasileiro*, do clientelismo no Estado, dos favorecimentos, do nepotismo, do poder paralelo e da pseudo isonomia que vivemos, dentre tantas outras deformidades.

Não foi o Brasil quem criou a corrupção, mas o traço marcante do *homem cordial* em nossa cultura tornou-se veio fácil para sua proliferação, até alcançarmos esse crônico estágio de contaminação e normose. Olhando para a nossa área, os sucessivos desfalques nos orçamentos da Saúde (e da Educação) Pública já revelam essa característica. A degradação contínua do Sistema de Saúde brasileiro evidencia esse traço. As filas nos hospitais e a falta de medicamentos e equipamentos para atender à população que mais precisa delata que as atenções não estão, de fato, voltadas para o bem-estar social.

Nós, médicos, estamos na ponta dessa cadeia, em confronto direto com a dor, o medo e o sofrimento dos pacientes. Precisamos nos superar para que nossa gentileza e cordialidade sejam genuína empatia com o ser humano que está à nossa frente. A despeito desta marca cultural, que tende a nos tornar individualistas, precisamos olhar para o outro e tranquilizá-lo, ouvi-lo, instruí-lo e cuidar dele, seja ele alguém de nosso círculo de afetos ou um desconhecido. O *médico cordial*, nesse contexto, precisa ser intrinsecamente gentil e altruísta para fazer jus a seu juramento ■

Bento XVI
Joseph Ratzinger - Papa emérito

O MISTÉRIO DO NATAL

Estimados irmãos e irmãs!

Começam precisamente hoje os dias do Advento, que nos preparam imediatamente para o Natal do Senhor: estamos na novena de Natal, que em muitas comunidades cristãs é celebrada com liturgias ricas de textos bíblicos, todos destinados a alimentar a expectativa pelo nascimento do Salvador. Com efeito, a Igreja inteira concentra o seu olhar de fé nesta festa já próxima, predispondo-se, como todos os anos, a se unir ao cântico jubiloso dos anjos, que no coração da noite anunciarão aos pastores o extraordinário acontecimento do nascimento do Redentor, convidando-os a ir à gruta de Belém. Ali está o Emanuel, o Criador que se fez criatura, envolvido em faixas e posto numa pobre manjedoura. [21]

Pelo clima que o distingue, o Natal é uma festa universal. De fato, mesmo quem não se professa crente pode sentir nesta celebração cristã anual algo de extraordinário e de transcendente, algo de íntimo que fala ao coração. É a festa que canta o dom da vida. O nascimento de uma criança deveria ser sempre um acontecimento que traz alegria; o abraço de um recém-nascido suscita normalmente sentimentos de atenção e de cuidado, de emoção e de ternura. O Natal é o encontro com um recém-nascido que geme numa gruta miserável. Contemplando-O no presépio, como deixar de pensar nas numerosas crianças que ainda hoje vêm à luz numa grande pobreza, em muitas regiões do mundo? Como não pensar nos recém- nascidos não acolhidos e rejeitados, naqueles que não conseguem sobreviver devido à carência de cuidados e de atenções? Como deixar de pensar também nas famílias que gostariam de ter a alegria de um filho, e não conseguem satisfazer esta expectativa? Sob o impulso de um consumismo hedonista, infelizmente, o Natal corre o risco de perder o seu significado espiritual, para se reduzir a uma mera ocasião comercial de compras e troca de presentes! Na verdade, porém, as dificuldades, as incertezas e a própria crise econômica que nestes meses estão vivendo muitíssimas famílias, e que atinge toda a Humanidade, podem ser um estímulo a redescobrir o calor da simplicidade, da amizade e da solidariedade, valores típicos do Natal. Despojado das incrustações consumistas e materialistas, o Natal pode tornar-se assim uma ocasião para acolher, como dom pessoal, a mensagem de esperança que promana do mistério do nascimento de Cristo.

Tudo isto, porém, não basta para compreender na sua plenitude o valor da festa para a qual estamos a nos preparar. Nós sabemos que ela celebra o acontecimento central da história: a Encarnação do Verbo divino para a redenção da Humanidade. São Leão Magno, numa das suas numerosas homilias natalícias, assim exclama: *Exultemos no Senhor, ó meus queridos, e abramos o nosso coração à alegria mais pura. Porque despontou o dia que para nós significa a nova redenção, a antiga preparação, a felicidade eterna. Com efeito, renova-se para nós, no recorrente ciclo anual, o excelso mistério da nossa salvação que, prometido no início e concedido no fim dos tempos, está destinado a durar eternamente*. [22] Sobre esta verdade fundamental, São Paulo reflete várias vezes

nas suas Cartas. Aos Gálatas, por exemplo, escreve: *Mas ao chegar à plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher, nascido sujeito à Lei (...) para que recebêssemos a adoção de filhos*. [23] Na *Carta aos Romanos*, evidencia as consequências lógicas e exigentes deste acontecimento salvífico: *Se somos filhos (de Deus), somos igualmente herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo se verdadeiramente participamos nos seus sofrimentos, para sermos também glorificados com Ele*. [24] Mas é sobretudo São João, no prólogo do quarto evangelho, que medita profundamente sobre o mistério da Encarnação. E é por isso que o prólogo faz parte da liturgia do Natal desde os tempos mais antigos: efetivamente, nele encontra-se a expressão que indica o fundamento da nossa alegria e resume o conteúdo autêntico desta festa: *Et Verbum caro factum est et habitavit in nobis* (E o Verbo se fez homem e habitou entre nós).[25]

No Natal, portanto, não nos limitamos a comemorar o nascimento de uma grande personagem; não celebramos simples e abstratamente o mistério do nascimento do homem ou em geral o mistério da vida; ainda menos festejamos o início da nova estação. No Natal, recordamos algo de muito concreto e importante para os homens, algo de essencial para a fé cristã, uma verdade que São João resume com estas poucas palavras: O *Verbo se fez carne.* Trata-se de um acontecimento histórico que o evangelista Lucas se preocupa em situar num contexto bem determinado: nos dias em que foi emanado o decreto para o

primeiro recenseamento de César Augusto, quando Quirino era governador da Síria. [26] Foi, portanto, numa noite historicamente datada que se verificou o acontecimento de salvação que Israel aguardava havia séculos. Na escuridão da noite de Belém acendeu-se uma grande luz: o Criador do universo encarnou, unindo-se indissoluvelmente à natureza humana, de maneira a ser realmente *Deus de Deus, luz da luz* e ao mesmo tempo homem, verdadeiro homem. Aquilo ao que João chama em grego *ho logos*, traduzido em latim como *Verbum* (Verbo), significa também *o Sentido*. Poderíamos entender, portanto, a expressão de João, assim: o *Sentido eterno* do mundo se fez tangível aos nossos sentidos e à nossa inteligência, agora podemos tocá-lo e contemplá-lo. [27] O *Sentido* que se fez carne não é simplesmente uma ideia geral ínsita no mundo; é uma *Palavra* dirigida a nós. O *Logos* conhece-nos, chama-nos, guia-nos. Não é uma lei universal, no seio da qual nós desempenhamos um papel, mas é uma Pessoa que se interessa por cada pessoa: é o Filho de Deus vivo que se fez homem em Belém.

Para muitos homens, e de certo modo para todos nós, isto parece demasiado bonito para ser verdade. Com efeito, aqui nos é reiterado: sim, existe um sentido, e o sentido não é um protesto importante contra o absurdo. O sentido tem poder: é Deus. Um Deus bom; que não deve ser confundido com qualquer ser excelso e distante, que nunca nos é concedido alcançar, mas um Deus que se fez nosso próximo e está muito próximo de nós, que tem tempo para cada um de nós e que veio para permanecer conosco. Então, é espontâneo perguntar-se: É *possível algo deste tipo? É digno de Deus tornar-se criança?*. Para procurar abrir o coração a esta verdade que ilumina toda a existência humana, é necessário humilhar a mente e reconhecer o limite da nossa inteligência. Na gruta de Belém, Deus se mostra a nós como humilde *menino* para derrotar esta nossa soberba. Talvez nos tivéssemos rendido mais facilmente diante do poder, diante da sabedoria; mas Ele não quer a nossa rendição; pelo contrário, faz apelo ao nosso coração e à nossa livre decisão de aceitar o seu amor. Fez-se pequeno para nos libertar daquela humana pretensão de grandeza, que brota da soberba; encarnou-se livremente para nos tornar deveras livres, livres para amar.

Estimados irmãos e irmãs, o Natal é uma oportunidade privilegiada para meditar sobre o sentido e o valor da nossa existência. O aproximar-se desta solenidade nos ajuda a refletir, por um lado, sobre a dramaticidade da história em que os homens, feridos pelo pecado, andam perenemente à procura da felicidade e de um sentido satisfatório do viver e do morrer; por outro, exorta-nos a meditar sobre a bondade misericordiosa de Deus, que veio ao encontro do homem para lhe comunicar diretamente a Verdade que salva, e para torná-lo partícipe da sua amizade e da sua vida. Por conseguinte, preparemo-nos para o Natal com humildade e simplicidade, dispondo-nos a receber o dom da luz, da alegria e da paz, que se irradiam deste mistério. Acolhamos o Natal de Cristo como um acontecimento capaz de renovar hoje a nossa existência. O encontro com o Menino Jesus faça de nós pessoas que não pensam unicamente em si mesmas, mas que se abram às expectativas e às necessidades dos irmãos. Desta maneira, tornar-nos-emos também nós testemunhas da luz que o Natal irradia sobre a Humanidade do terceiro milênio. Peçamos a Maria Santíssima, tabernáculo do Verbo encarnado, e a São José, silenciosa testemunha dos acontecimentos da salvação, que nos transmitam os sentimentos que eles nutriam enquanto esperavam o nascimento de Jesus, de modo que possamos nos preparar para celebrar santamente o próximo Natal, no júbilo da fé e animados pelo compromisso de uma conversão sincera.

Feliz Natal a todos! ■

Notas:
20 - Audiência Geral. Quarta-feira, 17 de dezembro de 2008. 21 - Cf.Lc 2,13-14.
22 - Homilia XXII. 23 - Gl 4,4. 24 - Rm 8,17.
25 – Jo 1,14. 26 - Cf. Lc 2, 1-7. 27 - Cf.1 Jo 1,1.

Acesse a programação e informações do nosso Clube de Aeronáutica

www.caer.org.br